



CAPITULO II

2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Da Administração Direta

2.1.1. Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária Estadual para o exercício de 2013 foi prevista em R\$ 17.515.887.339,33 e teve seu valor ajustado até o final do ano para R\$ 19.738.336.946,64. Sua realização atingiu a cifra de R\$ 18.844.349.204,32, resultando em uma arrecadação a menor de R\$ 893.987.742,32 em comparação com a previsão final. A receita realizada representa, portanto 94,96% da receita prevista.

A Receita Orçamentária tem como principal componente a categoria “Receitas Correntes” no total de R\$ 17.058.219.879,56, incluídas as receitas intraorçamentárias, por estarem inclusas nesta rubrica o ICMS e o FPE que são as duas principais fontes de receita do Estado e juntas somaram R\$ 13.454.170.495,03, representando 78,88% da sua categoria.

A Receita Tributária e as Transferências Correntes são responsáveis por 85,91% dos ingressos de recursos para o Estado, juntas somaram R\$ 16.189.850.247,13.



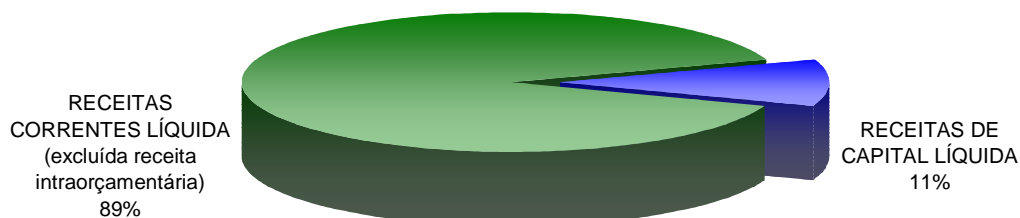
TABELA 10

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA COM A REALIZADA,
POR CATEGORIA ECONÔMICA

CATEGORIA ECONÔMICA	RECEITA		(R\$ 1,00)	
	PREVISTA	REALIZADA	VARIÇÃO % REALIZ. PARTIC.	
1. RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES	17.142.903.203,26	17.023.863.290,77	99,31	90,34
1.1. Tributária	9.629.523.234,24	9.801.324.845,42	101,78	52,01
1.2. Patrimonial	246.119.100,82	505.543.676,02	205,41	2,68
1.3. Receita de Serviços	0,00	11.181.020,46	0,00	0,06
1.4. Transf. Correntes	7.023.180.445,25	6.388.525.401,71	90,96	33,90
1.5. Outras Rec. Correntes	244.080.422,95	317.288.347,16	129,99	1,68
1.6. (-) Deduções	2.341.035.967,25	2.323.533.532,21	99,25	-
TOTAL RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA	14.801.867.236,01	14.700.329.758,56	99,31	88,98
2. RECEITAS DE CAPITAL SEM DEDUÇÕES	2.593.655.743,38	1.786.129.324,76	68,87	20,47
2.1. Operações de Crédito	1.456.773.322,95	1.190.525.228,89	81,72	6,32
2.2. Alienação de Bens	106.825,88	22.325,38	20,90	0,00
2.3. Transf. de Capital	1.133.658.855,07	595.581.770,49	52,54	3,16
2.4. Outras Rec. Capital	3.116.739,48	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL LÍQUIDA	2.593.655.743,38	1.786.129.324,76	68,87	10,81
3. REC. INTRAORÇAMENTÁRIA (OUT. REC. CORRENTES)	1.778.000,00	34.356.588,79	1.932,32	0,18
3.1. (-) Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00
4. TOTAL RECEITAS SEM DEDUÇÕES (1 + 2 + 3)	19.738.336.946,64	18.844.349.204,32	95,47	100,00
5. TOTAL DAS DEDUÇÕES (1.6 + 3.1)	2.341.035.967,25	2.323.533.532,21	99,25	-
6. TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS (4 - 5)	17.397.300.979,39	16.520.815.672,11	94,96	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO III
RECEITAS CORRENTE X RECEITAS DE CAPITAL



Fonte: S2GPR/SEFAZ

2.1.1.1. Receitas Correntes

Acham-se agrupadas nesta Categoria Econômica as Receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimonial, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, apresentando uma arrecadação de R\$ 17.058.219.879,56 incluídas as receitas intraorçamentárias, e participa com um percentual de 90,52% da Receita Orçamentária, tendo sido superior à previsão orçamentária em 15,24%.

A apuração da Receita Corrente Líquida (Tabela 37) encontra-se na análise da Despesa com Pessoal.

Receita Tributária

A previsão da receita tributária do Estado do Ceará para o exercício de 2013 que consta na Lei Orçamentária Anual - LOA, levou em consideração um cenário, com base nas expectativas de crescimento dos indicadores macroeconômicos do PIB (nacional e estadual), da inflação e de tendências específicas de cada tributo analisado.

Em síntese, para a projeção da receita tributária do Estado do Ceará relativa ao exercício de 2013, foram consideradas as variáveis macroeconômicas que possibilitam identificar a influência do nível de atividade econômica na arrecadação tributária e a inflação, abaixo especificadas:

TABELA 11
VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS PROJETADAS PARA 2013

Variáveis macroeconômicas projetadas para 2013	(em %)
Taxas de Inflação esperada	5,5%
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Nacional	5,5%
Taxa de Crescimento esperado para o PIB Estadual	6,0%

Fonte: SEPLAG

A Tabela seguinte apresenta o valor estimado pelo Governo do Estado do Ceará para a receita tributária, de R\$ 9.629.523.234,24, contido no comparativo da Receita Orçada com a arrecadada, no exercício de 2013, estabelecido de acordo com as variáveis supracitadas.



TABELA 12
RECEITA TRIBUTÁRIA - CEARÁ - 2013

(R\$ 1,00)

DISCRIMINAÇÃO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	VARIACÃO %	
			REALIZAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
IMPOSTOS	9.604.800.925	9.790.866.415	101,94%	99,89%
ICMS C/FECOP	8.483.777.134	8.565.578.586	100,96%	87,39%
IPVA	502.607.109	510.711.568	101,61%	5,21%
ITCMD	48.606.914	59.510.673	122,43%	0,61%
IRRF	569.809.768	655.065.588	114,96%	6,68%
TAXAS	24.722.310	10.458.431	42,30%	0,11%
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.629.523.235	9.801.324.846	101,78%	100,00%

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Findo o exercício de 2013 procedeu-se o confronto entre os valores estimados e os realizados com o foco de se avaliar a efetividade do esforço fazendário na consecução de suas finalidades.

A receita tributária efetivamente arrecadada em 2013 atingiu R\$ 9,800 bilhões, superior em 6,98% ao valor previsto.

A arrecadação tributária do Estado do Ceará, no período de janeiro a dezembro de 2013, atingiu na sua realização o montante de R\$ 9.800 bilhões em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 87,39% da Receita Tributária. O IPVA contribuiu com 5,21%, o ITCD com 0,61% e as taxas 0,11%. Ressalte-se que na consolidação dos impostos arrecadados pelo Estado do Ceará encontra-se a arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente na Fonte sobre Rendimentos pagos a qualquer título pelo Estado, suas Autarquias e pelas Fundações - IRRF, cuja participação foi de 6,68%.

A receita tributária obteve um crescimento nominal de 13,86%, comparado ao exercício de 2012, quando se atingiu valor de R\$ 8,600 bilhões, conforme demonstrado na Tabela a seguir:



TABELA 13
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA - 2012/2013

RECEITAS	VALOR R\$		VARIÇÃO	
	2012	2013	2013/2012	Partic rel. %
IMPOSTOS	8.587.677	9.790.791	14,01%	99,90%
ICMS	7.541.908	8.565.579	13,57%	87,40%
IPVA	438.299	510.712	16,52%	5,21%
ITCD	38.970	59.511	52,71%	0,61%
IRRF	568.501	654.990	15,21%	6,68%
TAXAS	12.708	9.389	-26,12%	0,10%
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.600.385	9.800.180	13,95%	100,00%

Fonte: SEFAZ:COTES

Desempenho da Receita de Impostos em Valores Nominais

O conjunto dos impostos arrecadados no exercício de 2013 - receita tributária excluído o valor das taxas - representou 99,90% da receita tributária, alcançando o valor de R\$ 9,791 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 14,01%, comparado com 2012.

IPVA

A arrecadação do IPVA em 2013 foi de R\$ 510,71 milhões, com crescimento nominal de 16,52%. Vale salientar que desde 2002, para efeito de cobrança do IPVA, o Estado vem utilizando como base de cálculo os preços definidos na tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, que em sua composição leva em consideração os valores e marcas dos veículos em seus diversos modelos e versões, levando também em consideração a depreciação do veículo ao longo dos anos. Dentre os fatores que influenciaram para o incremento de arrecadação apresentado destacam-se: redução da inadimplência devido ao maior esforço de cobrança e o aumento de licenciamento de novos veículos.



ITCD

A arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCD, em 2013, foi de R\$ 59,51 milhões, apresentando crescimento de 52,71%, quando comparado com 2012. Esse imposto corresponde a 0,61% da receita tributária. A arrecadação do ITCD resulta em grande parte de ações realizadas quanto aos processos de avaliação dos bens, da maior divulgação do ITCD nas operações de doações de bens e valores e do cruzamento de informações geradas pela Receita Federal do Brasil - RFB.

ICMS

Especialmente decorrente do desenvolvimento econômico que o Estado vem apresentando e das ações promovidas pelo Governo do Estado, através da Secretaria da fazenda, a arrecadação do ICMS, principal tributo estadual, em 2013, respondeu pelo ingresso R\$ 8,566 bilhões, correspondendo a 87,40% da receita tributária, apresentando um crescimento nominal de 13,57% quando comparado com o exercício de 2012. Vale ressaltar que pela primeira vez a arrecadação do ICMS cearense ultrapassa os R\$ 8 bilhões.

Para o exercício de 2013, as evoluções das taxas do PIB nacional e local apresentaram trajetórias ascendentes, o IBGE divulgou o crescimento do PIB nacional de 2,3% e o IPECE um crescimento do PIB estadual de 3,44%. O crescimento do ICMS do Estado do Ceará alcançou um bom resultado, tendo o produto tributário ultrapassado o crescimento da base econômica nacional e estadual.

Nos últimos exercícios a arrecadação do ICMS apresentada na tabela abaixo, e no gráfico abaixo, obteve o seguinte desempenho:

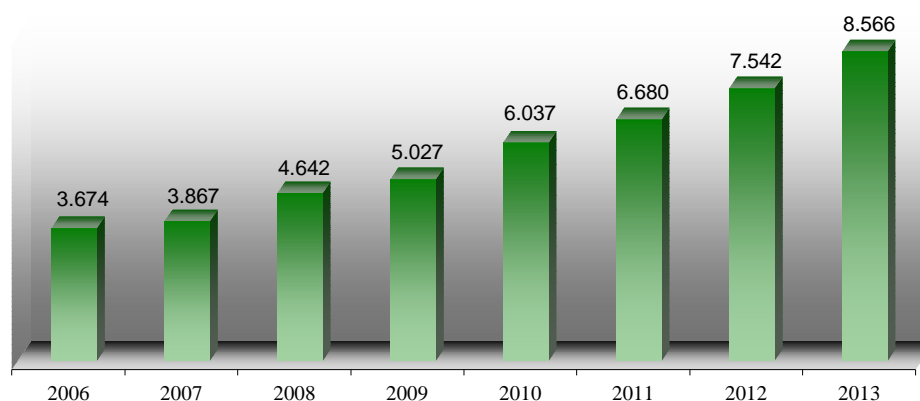


TABELA 14
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO ICMS - CEARÁ - 2012 E 2013

DISCRIMINAÇÃO	VALORES CORRENTES EM R\$ MILHÕES	VARIAÇÃO % REALIZAÇÃO
2006	3.674	-
2007	3.867	5,25%
2008	4.642	20,04%
2009	5.027	8,29%
2010	6.037	20,09%
2011	6.680	10,65%
2012	7.542	12,89%
2013	8.566	13,57%

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO IV
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS - 2006 A 2013



A arrecadação do ICMS apresentou, em 2013, na comparação com 2012, um crescimento nominal de 13,57%. Se procedermos a um comparativo da evolução do ICMS anual, com base o ano de 2013, com a arrecadação de 2006, período correspondente a atual administração governamental, levando-se em consideração também o crescimento do Índice de Preço ao Consumidor Amplo IPCA, observa-se uma evolução de 44% do IPCA e de 133,1% do ICMS, o que evidencia um bom comportamento da arrecadação.

GRÁFICO V
COMPARATIVO DO ICMS COM O IPCA

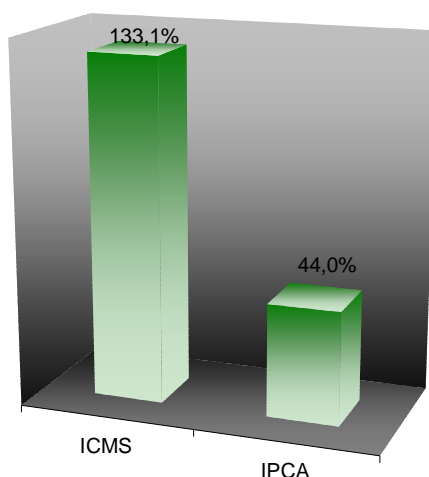


TABELA 15
DEMONSTRATIVO DO ICMS ARRECADAÇÃO POR SEGMENTO - 2012 - 2013

SEGMENTOS	VALOR		VARIAÇÃO 2013/2012	(R\$ MIL) PART. TOTAL ICMS 2013
	2012	2013		
INDUSTRIAL	1.483.304	1.769.654	19,30%	20,66%
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	651.890	741.160	13,69%	8,65%
COMERCIO ATACADISTA	1.441.134	1.709.393	18,61%	19,96%
COMERCIO VAREJISTA	1.122.602	1.346.423	19,94%	15,72%
ENERGIA ELÉTRICA	706.539	644.687	-8,75%	7,53%
COMBUSTÍVEL	1.456.508	1.815.739	24,66%	21,20%
DEMAIS SEGMENTOS	363.539	204.718	-43,69%	2,39%
FECOP	316.392	333.805	5,50%	3,90%
TO TAL ICMS	7.541.908	8.565.579	13,57%	100,00%

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A arrecadação do ICMS especificada pelos principais segmentos econômicos evidencia que no exercício de 2013, com exceção do segmento energia elétrica e do item indicativo dos outros segmentos, todos os demais apresentaram crescimento.



O segmento que congrega as empresas de combustíveis, responsável por 21,20% do total do ICMS, apresentou crescimento nominal de 24,66%, comparativamente ao exercício de 2012. Dois fatores tiveram impacto relevante no crescimento da arrecadação do ICMS do segmento de Combustível. O primeiro foi o reajuste do valor do Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final - PMPF, referencial para a cobrança da substituição tributária. O segundo fator está associado ao crescimento do consumo e à política energética nacional, que devido ao baixo nível dos reservatórios hidrelétricos, incrementou o nível de utilização das usinas termoeletricas adquirentes de gás natural.

O segmento industrial com uma participação no ICMS total de 20,66% apresentou crescimento do ICMS de 19,30%, totalizando um montante arrecadado em 2013 de R\$ 1,769 bilhão.

As atividades econômicas que agrupam os contribuintes que atuam no comércio atacadista e varejista apresentam participação de 19,96% e 15,72% respectivamente na arrecadação do ICMS global do Estado e obtiveram como resultado da arrecadação uma expansão de 18,61% para o comércio atacadista e de 19,94% para o comércio varejista. Dentre os fatores que contribuíram para o crescimento do segmento do setor comércio apontam-se: a continuidade da política da elevação de renda e do benefício fiscal concedido pelo Governo Federal com a redução do IPI.

A arrecadação do segmento energia elétrica apresentou participação no ICMS total de 7,53% e variação negativa de 8,75% no exercício de 2013 quando comparado com o exercício anterior, resultante da redução tarifária em torno de 20%, ocorrida em abril de 2013. A redução na arrecadação foi minorada em função do crescimento do consumo de energia.

O segmento serviço de comunicação contribuiu com 8,65% da participação global, apresentando crescimento nominal de 13,69%, refletindo o aumento de demanda do setor e a adesão de alguns contribuintes ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2013.

A arrecadação do ICMS relativo ao Fundo de Combate a Pobreza - FECOP, instituído em 2003, através da Lei Complementar nº 37, teve crescimento nominal no exercício de 2013 quando comparado com 2012 de 5,5%. O FECOP é composto pelo adicional de dois pontos percentuais na alíquota do ICMS incidente sobre os seguintes produtos e serviços: bebidas alcoólicas; armas e munições; embarcações esportivas; fumo, cigarros e demais artigos de tabacaria; aviões ultraleves e asas-delta; energia elétrica e gasolina.

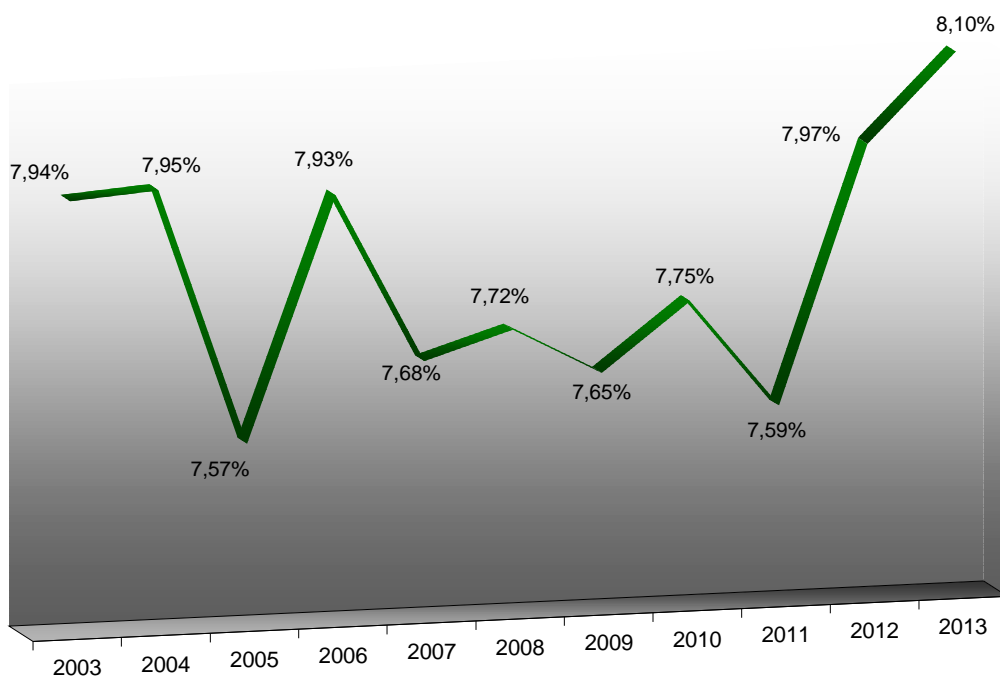


PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB ESTADUAL

Um ponto de destaque que pode ser feito é quando se compara a participação do ICMS do Estado do Ceará no conjunto global das riquezas produzidas em seu território – Produto Interno Bruto – PIB. No gráfico a seguir, constata-se uma oscilação da participação do ICMS no PIB variando no mínimo 7,57% e no máximo 8,10%. Em 2013 a participação do ICMS no PIB foi de 8,10%. Pode-se inferir com estes resultados, que a arrecadação do ICMS cearense no exercício de 2013 atingiu uma boa eficiência pela superação que se evidencia do crescimento da arrecadação em relação a sua base tributária, em grande parte contida na medição do PIB cearense.

Um fator que está influenciando na boa performance do ICMS é a política de redução do ICMS sobre produtos selecionados que tem contribuído para a ampliação da base de incidência do imposto e por consequência aumento da arrecadação.

GRÁFICO VI
PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB DO CEARÁ - 2003 A 2013





Em milhões de R\$

ANOS	ICMS	PIB	ICMS/PIB
2003	2.585	32.565	7,94%
2004	2.930	36.866	7,95%
2005	3.097	40.935	7,57%
2006	3.674	46.303	7,93%
2007	3.867	50.331	7,68%
2008	4.642	60.099	7,72%
2009	5.027	65.704	7,65%
2010	6.037	77.865	7,75%
2011	6.680	87.982	7,59%
2012	7.542	94.655	7,97%
2013	8.566	105.740	8,10%

FONTE: IPECE E SEFAZ

Obs: PIB a preços de mercado inclui os impostos líquidos de subsídios.

PIB 2012e 2013 - dados do IPECE: Previsão sujeita a retificação.

e podem sofrer alterações, quando da divulgação dos definitivos

COMPARATIVO ICMS CEARÁ X ICMS BRASIL

Com o objetivo de oferecer uma visão comparativa da performance da arrecadação do ICMS do Estado do Ceará no contexto federativo é apresentado na tabela 7 constando a arrecadação total do ICMS por Unidade da Federação, incluindo a dívida ativa, multas e juros e estornos contábeis, nos exercícios de 2012 e de 2013, constante do Boletim do ICMS editado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS. O total do ICMS Brasil atingiu o montante de R\$ 368.722 milhões, apresentando uma variação nominal positiva de 11,68%, quando comparada com o exercício de 2012 cuja arrecadação foi de R\$ 330.152 milhões. O crescimento nominal da região nordeste neste mesmo período foi de 12,93%.

O ICMS arrecadado no Estado do Ceará, no exercício de 2013, apresenta um crescimento de 13,57% em relação a igual período de 2012, tendo apresentado o 3º lugar em termos de crescimento em relação aos Estados da Região Nordeste. Esse resultado (13,57%) também superou a variação obtida pelo ICMS Brasil (11,68%), oferecendo a conclusão de que o Estado do Ceará no período considerado obteve resultados mais satisfatórios do que a média nacional e a média nordestina.

Como consequência desta performance, o Estado do Ceará alterou a participação do ICMS do Estado no total do Brasil apresentando um aumento nessa participação. No ano de 2012 esta participação era de 2,32%, passando para 2,36% no exercício de 2013.

A posição do Estado do Ceará em termos de volume arrecadado, no contexto nacional posiciona-se na 11ª colocação dentre as unidades federadas de todo o Brasil e na região nordeste ocupa a 3ª posição.

A arrecadação do ICMS relativo ao Fundo de Combate a Pobreza - FECOP, instituído em 2003, através da Lei Complementar nº 37, teve crescimento nominal no exercício de 2013 quando comparado com 2012 de 5,5%. O FECOP é composto pelo adicional de dois pontos percentuais na alíquota do ICMS incidente sobre os seguintes produtos e serviços: bebidas alcoólicas; armas e munições; embarcações esportivas; fumo, cigarros e demais artigos de tabacaria; aviões ultraleves e asas-delta; energia elétrica e gasolina.

A arrecadação do FECOP, de acordo com a tabela seguinte, no exercício de 2013, alcançou o montante de R\$ 333.805.435,55 Os recursos do FECOP, em 2013, foram executados pelos órgãos da Administração Direta e Indireta de acordo com a tabela a seguir:

TABELA 16
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FECOP

(R\$ 100)			
RECEITA			
ESPECIFICAÇÃO	PREVISTA	REALIZADA	REALIZADA %
ICMS ADICIONAL FECOP	321.807.039,68	333.805.435,55	103,73
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	27.581.021,43	24.605.327,29	89,21
DÍVIDA ATIVA - FECOP	0,00	1.789,98	0,01
MULTA E JUROS DE MORA	0,00	97.287,12	0,35
MULTA E JUROS DE MORA - DÍVIDA ATIVA	0,00	950,64	0,00
OUTRAS RECEITAS FECOP	0,00	101.240,46	0,37
REST DE CONV CONCEDIDOS REC FECOP	0,00	572.687,20	2,08
TOTAL	349.388.061,11	359.184.718,24	102,80
DESPESA REALIZADA			
(R\$ 100)			
CÓDIGO	ÓRGÃOS	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
080001	SEINFRA	31.937.500,00	7,88
110001	GAB GOV	3.855.817,60	0,95
210001	SDA	95.333.205,34	23,51
210101	EMATERCE	10.724.759,05	2,65
220001	SEDUC	134.605.748,29	33,20
270001	SECULT	2.225.019,09	0,55
290001	SRH	332.379,03	0,08
290101	SOHIDRA	1.243.236,53	0,31
420001	SESPORTE	3.565.552,81	0,88
430001	CIDADES	48.767.907,85	12,03
470001	STDS	26.384.712,98	6,51
470201	FEAS	46.481.312,66	11,46
TOTAL		405.457.151,23	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Conforme Tabela anterior, a SEDUC foi a que mais se destacou com os recursos do FECOP (33,20%), seguido Desenvolvimento Agrário (23,51%) e CIDADES (12,03)%.

De acordo com Tabela seguinte a seguir, as despesas com o FECOP obtiveram um acréscimo nominal de 42,14% em relação ao exercício de 2012. Das despesas do FECOP, por função de governo, destaca-se no exercício de 2013 o gasto com a Função Educação, correspondente a 33,20% do total das despesas empenhadas.

A Tabela seguinte evidencia a tendência do fortalecimento pelo governo das funções Educação e Agricultura, correspondendo com 33,20% e 25,56%, respectivamente, do total das despesas empenhadas com fonte do FECOP durante o exercício de 2013.

TABELA 17
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO FECOP POR FUNÇÃO DE GOVERNO - 2012 - 2013

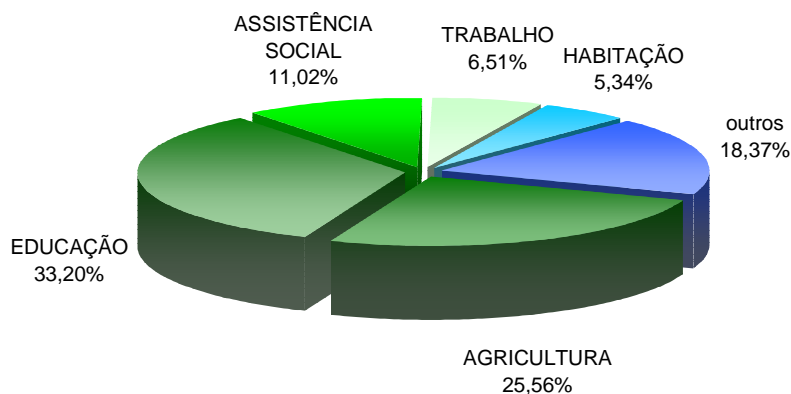
(R\$ 100)					
FUNÇÃO	2012	PART.%	2013	PART.%	VARIAÇÃO % 2012/2013
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
AGRICULTURA	121.791.163,54	42,70%	103.644.714,39	25,56%	-14,90%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	41.377.399,05	14,51%	44.670.916,86	11,02%	7,96%
COMUNICAÇÕES	1.937.500,00	0,68%	1.937.500,00	0,48%	0,00%
CULTURA	2.521.507,37	0,88%	2.225.019,09	0,55%	-11,76%
DESPORTO E LAZER	4.390.122,60	1,54%	3.565.552,81	0,88%	-18,78%
DIREITOS DA CIDADANIA	1.460.805,49	0,51%	5.666.213,40	1,40%	287,88%
EDUCAÇÃO	58.835.377,79	20,63%	134.605.748,29	33,20%	128,78%
GESTÃO AMBIENTAL	704.368,06	0,25%	1.268.077,40	0,31%	80,03%
HABITAÇÃO	19.147.263,69	6,71%	21.655.599,69	5,34%	13,10%
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	988.400,00	0,35%	2.413.250,00	0,60%	144,16%
SANEAMENTO	2.639.990,86	0,93%	5.994.993,96	1,48%	127,08%
TRABALHO	29.405.508,06	10,31%	26.384.712,98	6,51%	-10,27%
TRANSPORTE	0,00	0,00%	30.000.000,00	7,40%	0,00%
URBANISMO	51.210,00	0,02%	20.938.105,65	5,16%	40786,75%
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00%	486.746,71	0,12%	0,00%
TOTAL	285.250.616,51	100,00%	405.457.151,23	100,00%	42,14%

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO VII

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO FECOP POR FUNÇÃO DE GOVERNO - 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Ressalte-se que, no Estado do Ceará, a operacionalização do FECOP é, como fonte de recursos, o que facilita a sua aplicação pelas diversas secretarias e órgãos da administração direta e indireta que tenham em suas missões atividades que se relacionem com o combate à pobreza.

O legislador cearense esclareceu, de uma vez por todas, a operacionalização do FECOP como fonte de recursos, conforme se observa da leitura do § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 37/2003, redação dada pela Lei Complementar nº 76, de 21 de maio de 2009, *in verbis*:

Art. 1º (...)

§ 3º Os programas, projetos e atividades financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, terão suas dotações orçamentárias consignadas nos órgãos e entidades executores, com fonte de recursos identificada por código próprio, denominado “Recursos Provenientes do FECOP”.

Como se percebe, para o cumprimento da missão constitucional do FECOP, as dotações orçamentárias são consignadas nos diversos órgãos e entidades executoras e a operacionalização é feita como fonte de recursos.



Em cumprimento ao Art. 58, da Lei Complementar nº 101, de 04 de 2000, que discorre: "A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperações de créditos nas instâncias administrativas e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições," procedem-se, a seguir, comentários sobre as ações desenvolvidas no exercício de 2013.

REALIZAÇÕES 2013

A política fiscal adotada pelo Estado fundamenta-se na busca do aumento da arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária, a ampliação da sistemática de substituição tributária e o fortalecimento do monitoramento fiscal. As ações realizadas em 2013 de forma detalhada foram:

Programa de Refinanciamento Fiscal - REFIS

- A Lei nº 15.384 de 25 de julho 2013, publicada no D.O.E, de 31/07/2013, que instituiu o Programa de Refinanciamento Fiscal - REFIS 2013, estabelecendo condições especiais aos contribuintes do ICM/ICMS, IPVA e ITCD para efetuarem a regularização dos débitos de natureza tributária decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31/12/2012, inscritos ou não em Dívida Ativa. O prazo de adesão foi até 30/12/2013.
- O objetivo desta Lei foi de proporcionar ao contribuinte inadimplente com o Estado, condições favoráveis à regularização dos débitos, de forma que se possa readquirir a normalidade das obrigações tributárias.
- A arrecadação alcançada com os recolhimentos efetivos em 2013 foi de R\$ 253,39 milhões.

Sistema Público de Escrituração Digital - SPED

Nota Fiscal Eletrônica - NFe

- Atualmente 22.351 contribuintes estão obrigados à emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NFe, sendo que deste total 5.048 contribuintes ingressaram no exercício de 2013. Destaca-se que no período de janeiro a novembro de 2013 foram autorizadas 48,44 milhões de NFe pelo Fisco Cearense. O volume destas operações representou o montante de R\$ 164,949 bilhões;



- Em 2013 foi implementado o Controle de Ocorrências relacionado a eventos da NFe, tais como: Cancelamento, Carta de Correção Eletrônica, Registro de Passagem Eletrônico, Ciência da Emissão, Confirmação da Operação, Operação não Realizada, Desconhecimento da Operação, Internalização SUFRAMA, Declaração Prévia de Emissão em contingência, dentre outros.

Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe

- O Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe permite um controle maior das operações de trânsito de mercadorias, tendo em vista que as NFe são relacionadas em cada CTe emitido, o que facilita e agiliza o registro de passagem das mercadorias na entrada ou saída do Estado, reduzindo o tempo de permanência dos veículos das transportadoras nos Postos Fiscais de divisa, implicando na redução de custos operacionais;
- Atualmente 551 transportadoras estão credenciadas à emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe, sendo que deste total, 295 contribuintes já estão obrigados a emissão. Destaca-se que no período de janeiro a novembro de 2013 foram autorizadas 3,59 milhões de CTe pelo Fisco Cearense. O volume destas operações representou o montante de R\$ 937,79 milhões.

AUTOMAÇÃO DO CONTROLE NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS

- Em continuidade ao Projeto de Modernização do Trânsito de Mercadorias, onde foram investidos aproximadamente R\$ 85 milhões, nas áreas de infraestrutura, equipamentos e tecnologia;
- Instalação de Equipamentos de Raios-X de Carga, tipo Scanners, visando combater a sonegação fiscal no posto de fiscalização localizados em Penaforte;
- Implantação de sistema de pesagem dinâmica de cargas, composto por balança, cancela eletrônica, câmeras OCR e do tipo Dome no Posto Fiscal de Penaforte, instrumentos com tecnologia avançada, tornando mais ágil e eficiente o processo de controle e fiscalização de tributos nas divisas do Estado.

REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS

- Instituição do Subcomitê Estadual para gestão da REDESIM com a finalidade de implantar o processo de simplificação e desburocratização dos procedimentos de abertura, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas em conformidade com a Lei Estadual nº 11.598 / 2007.



TRIBUTAÇÃO

- Instituição do Regime de Substituição Tributária com Carga Líquida do ICMS nas Operações com Produtos de Informática, com o objetivo de ampliar o número de contribuintes e alavancar a arrecadação;
- Implantação da nova sistemática de tributação do ICMS nas operações de trigo.

AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

Fiscalização do Trânsito de Mercadorias

- Lavrados 6.529 Autos de Infração até novembro de 2013, na Fiscalização do Trânsito de Mercadorias, no valor principal total corrigido de R\$ 7,60 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 26,40 milhões;

Fiscalização de Empresas

- Das ações fiscais realizadas, resultou no lançamento do crédito tributário de ICMS, por meio de Auto de Infração, no valor principal corrigido de R\$ 1.849,23 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 1.949,70 milhões, conforme tabela a seguir:

TABELA 18
DEMONSTRATIVO DOS AUTOS DE FISCALIZAÇÃO DE EMPRESAS

(R\$ 1,00)

QTDE AUTOS	ICMS CORRIGIDO	MULTA CORRIGIDA	JUROS CORRIGIDOS	TOTAL
7.158	1.849.225.553,03	98.529.101,66	1.943.350,33	1.949.698.005,02

Fonte: CATRI/SEFAZ

Monitoramento Fiscal

- Em 2013, foi realizado o monitoramento fiscal de 4.452 contribuintes, considerados de maior representatividade, com participação de 90% na arrecadação de ICMS do Estado do Ceará. O referido monitoramento visa acompanhar o cumprimento das obrigações principal e acessória dos contribuintes, bem como maximizar a receita de ICMS do Estado, mediante adoção eficiente de indicadores de performance, estruturação de forma padronizada dos procedimentos fiscais e utilização de ferramenta técnica e gerencial informatizada;



- Como resultado do Monitoramento Fiscal, foram recolhidos espontaneamente aos Cofres Públicos o montante de R\$ 70,10 milhões. Os valores recolhidos pelos contribuintes foram decorrentes de notificações dos Agentes Fiscais.

Autos de Infração Pagos em 2013

- No exercício de 2013, os Autos de Infração pagos totalizaram R\$ 200,71 milhões, incluindo principal, multa e juros, representando uma efetiva cobrança, bem como, demonstrando uma excelente recuperação do crédito tributário, conforme quadro a seguir:

TABELA 19
DEMONSTRATIVO DOS AUTOS DE FISCALIZAÇÃO PAGOS

(R\$ 1,00)

TIPO	QTDE AI	PRINCIPAL	MULTA	JUROS	TOTAL
AUDITORIA	26.770	111.877.291,82	44.989.730,95	20.796.161,63	177.663.184,40
CEXAT	7.838	4.278.098,20	2.558.815,34	798.508,22	7.635.421,76
TRÂNSITO DE MERCADORIAS	7.074	7.346.778,04	7.921.615,09	146.424,79	15.414.817,92
TOTAL	41.682	123.502.168,06	55.470.161,38	21.741.094,64	200.713.424,08

Fonte: CATRI/SEFAZ

* Ressalta-se que nos valores recolhidos de Auto de Infração estão incluídos os inscritos em Dívida Ativa.

Substituição Tributária e Comércio Exterior

- Ações de Monitoramento Fiscal de Substituição Tributária: foram emitidas 108 notificações no valor total de R\$ 90,54 milhões, deste total foi recuperado R\$ 2,97 milhões, sendo 78% deste montante decorrente do REFIS;
- Ações de Fiscalização: lançamento do crédito tributário (ICMS, multa e juros), por meio de Auto de Infração, no valor de R\$ 2,915 bilhões, sendo pagos R\$ 27,46 milhões;
- Verificação da exatidão dos ressarcimentos e restituições de ICMS dos segmentos de peças, trigo e outros, totalizando 448 processos, que resultou uma economia aos Cofres Públicos no valor de R\$ 7,77 milhões, conforme tabela a seguir:



TABELA 20
DEMONSTRATIVO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

(R\$ 1,00)

Valor Solicitado (R\$)	Valor Deferido (R\$)	Valor Devidamente Retido (R\$)
46.380.100,75	38.607.515,31	7.772.585,44

Fonte: CATRI/SEFAZ

- Ações de Monitoramento Fiscal do Comércio Exterior: Foi realizado o acompanhamento de 53 empresas durante o período de janeiro a novembro de 2013, destas ações foram recolhidos aos cofres estaduais o montante de R\$ 668 mil, foram parcelados os montantes R\$ 38 mil e autuados R\$ 13,50 milhões;
- Foram analisados 6.232 processos de benefícios fiscais de ICMS importação, no prazo máximo de 48 horas, destacando-se a análise dos processos de diferimento, drawback e mandado judicial que representam 85% dos processos analisados entre janeiro a novembro/2013.

TABELA 21
DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DE BENEFÍCIOS FISCAIS ICMS IMPORTAÇÃO

(R\$ 1,00)

Modalidade	Quant. Processos	Valor ICMS Importação Desonerado
Diferimento FDI	4.346	787.417.193,62
Drawback	856	472.053.971,35
Mandado Judicial	73	2.230.737,93

Fonte: CATRI/SEFAZ

Macrossegmentos Energia, Comunicação e Combustíveis

- Lançamento do crédito tributário no montante de R\$ 208,7 milhões, no período de janeiro a outubro de 2013.
- Realização de Monitoramento Fiscal em 167 contribuintes, analisando as operações correntes e efetuando a cobrança de débitos pretéritos. Somente com a fruição dos benefícios do REFIS 2013, previstos na Lei nº 5.384/2013, foi recuperado em torno de R\$ 26 milhões de ICMS.



Representações Fiscais

- De acordo com a Lei nº 8.137/90, que define os crimes contra a ordem tributária e os estabelece como crimes de ação penal pública, foram enviados ao Ministério Público do Estado do Ceará os Autos de Infração que configuram, em tese, crimes contra a ordem tributária, para apreciação e providências que se fizerem necessárias. No período de janeiro a julho de 2013, foram encaminhados um total de 269 (duzentos e sessenta e nove) Representações Fiscais, originadas de 338 (trezentos e trinta e oito) Autos de Infração lavrados contra contribuintes do Estado do Ceará, todos com trânsito em julgado na via administrativa e devidamente inscritos na Dívida Ativa Estadual.
- As Referidas Representações Fiscais resultaram em supressão de receita tributária de ICMS no valor de R\$ 19,69 milhões que, acrescida dos valores correspondentes às penalidades pecuniárias legais, totalizaram um montante devido ao Estado do Ceará de R\$ 42,78 milhões, assim distribuídos:

TABELA 22
DEMONSTRATIVO DAS REPRESENTAÇÕES FISCAIS

(R\$ 1,00)

Representações Fiscais	Autos de Infração	ICMS Devido (R\$)	Multa (R\$)	Total (R\$)
269	338	19.688.153,97	23.086.734,51	42.775.888,48

Fonte: CATRI/SEFAZ

NOTA: Os valores demonstrados apresentam-se em valores nominais (valores da época da autuação).

- O envio ao Ministério Público Estadual, dos autos de infração, que configurem, em tese, crime contra a ordem tributária, com trânsito em julgado e encaminhados à Dívida Ativa do Estado, nos meses de agosto a dezembro foram suspensos com objetivo de conceder ao contribuinte o pagamento espontâneo com os benefícios desta Lei nº 15.384, que institui o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2013, independente de notificação;
- Os autos de infração que se encontram concluídos para envio ao Ministério Público Estadual perfazem um total de 192 autos, com os valores abaixo:

TABELA 23
DEMONSTRATIVO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO CONCLUÍDOS

(R\$ 1,00)

ICMS Devido	Multa	Total
18.976.249,04	18.883.768,69	37.860.017,73

Fonte: CATRI/SEFAZ

Revisão Fiscal

- Foram realizadas até novembro de 2013 a análise da viabilidade de recuperação do crédito tributário de 129 processos de Autos Nulos/Extintos oriundos do Contencioso Administrativo Tributário;
- Realização de ações fiscais de Revisão Fiscal no exercício de 2013, resultando na lavratura de 101 Autos de Infração e o lançamento de R\$ 39,22 milhões de ICMS e multa.

PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS PELA INTERNET - ICMS E IPVA

- Permite ao contribuinte de ICMS do Estado do Ceará a realização de parcelamentos de débitos fiscais (ICMS e Autos de Infração) pela Internet, bem como o parcelamento do IPVA. O Parcelamento de Débitos Fiscais pela Internet vem dando uma contribuição imensurável para a eficiência no atendimento aos contribuintes de ICMS do Estado do Ceará, haja vista que a aplicação desta ferramenta trouxe maior comodidade e agilidade para o contribuinte e transparência na evidenciação dos débitos fiscais, o que permite, com facilidade, a regularização da sua situação Fiscal perante o órgão fazendário.

CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

- Implantação do Projeto Piloto de Controle da arrecadação das receitas originárias dos órgãos da administração direta e indireta. Este projeto compreende o desenvolvimento de aplicativo para registro, por meio de DAE, da entrada de recursos públicos arrecadados da Administração Direta e Indireta, de modo que se possibilite uma maior segurança na gestão da receita estadual e o acompanhamento do repasse das receitas públicas aos órgãos envolvidos.

IMPLANTAÇÃO DE NOVAS FERRAMENTAS

Catálogo Eletrônico de Valor de Referência - CEVR

- A ferramenta permite criar um catálogo único de preços dos produtos, calcular médias parciais e totais dos produtos, gerar índices de subfaturamento, subsidiar estudos para formação da pauta fiscal, mediante utilização intensiva das informações prestadas pelos contribuintes através de NF-e e SPED.

Sistema de Gestão Tributária - SIGET

- Projeto Piloto do Sistema de Gestão Tributária - SIGET para o fornecimento de dados e informações econômico fiscais, possibilitando à Administração Tributária monitorar o cumprimento das obrigações tributárias e efetuar análises do desempenho fiscal dos contribuintes.

PAINEL FISCAL

- Sistema de acompanhamento do desempenho dos tributos estaduais através de indicadores extraídos das base de dados corporativa da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ), possibilitando o registro e o acompanhamento de análises subjetivas e ações designadas por indicador e período, seus impactos nos resultados, em um ambiente de rede social integrada, além da integração deste software com os dados corporativos da SEFAZ.

Taxas

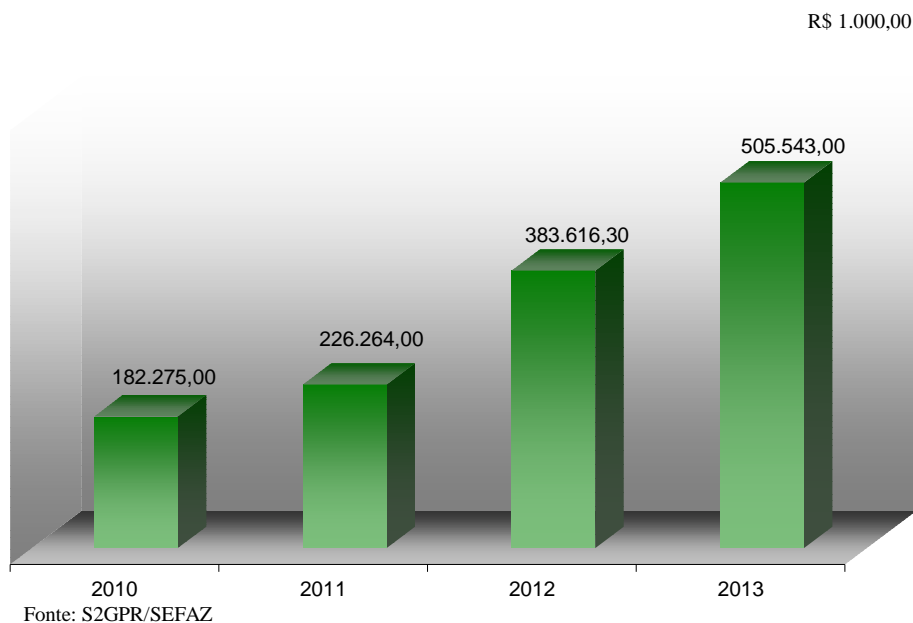
As receitas provenientes das Taxas, orçadas em R\$ 24.722.310,40 totalizaram na sua realização, R\$ 10.458.431,22, representando apenas 0,11% da Receita Tributária.

Nesta Fonte de Receita, as Taxas Pela Prestação de Serviços, em 2013, somaram R\$ 9.329.077,80, e cresceram 103,09%, em comparação com o exercício anterior.

Receita Patrimonial

A Receita Patrimonial, prevista em R\$ 246.119.100,82 alcançou no exercício de 2013 a quantia de R\$ 505.543.676,02, correspondendo a 2,97% das Receitas Correntes. Esta fonte de receita é formada basicamente pelas Receitas de Valores Mobiliários e Receitas da Cessão de Direitos com participação de 98,86%. Esse resultado é fruto de negociações por melhores taxas de rendimentos das aplicações, como também pelos valores da Venda da Folha de Pagamento do Governo do Estado do Ceará ao Banco Bradesco S/A.

GRÁFICO VIII
EVOLUÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL - 2010 A 2013



Receitas de Serviços

As Receitas de Serviços, que no ano de 2013 não teve nenhuma previsão orçamentária, chegou à cifra de R\$ 11.181.020,46.

Transferências Correntes

As Transferências Correntes, com previsão final de R\$ 7.023.180.445,25, chegaram à cifra de R\$ 6.388.525.401,71, inferior à sua previsão em 9,04%. Tal receita representa 37,46 das Receitas Correntes.

No que diz respeito às transferências constitucionais da União feitas ao Tesouro Estadual, estas atingiram R\$ 5,095 bilhões, no período de janeiro a dezembro de 2013, com um acréscimo nominal de 7,35% relativamente ao mesmo período do ano passado, conforme demonstrado na tabela seguinte. No que se refere a estas transferências, a de maior representatividade foi a receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que, no período supracitado, totalizou R\$ 4,888 bilhões, com um acréscimo nominal de 7,55%, comparado com 2012. Esta transferência participou com 76,52% das Transferências Correntes e 28,72% das Receitas Correntes.

Convém informar que no exercício de 2013 as Transferências de Recursos do FUNDEB que se referem ao retorno estão contidas em Outras Transferências Multigovernamentais no valor de R\$ 903.082.506,48 (172401) e participou com 14,14% das Transferências Correntes.

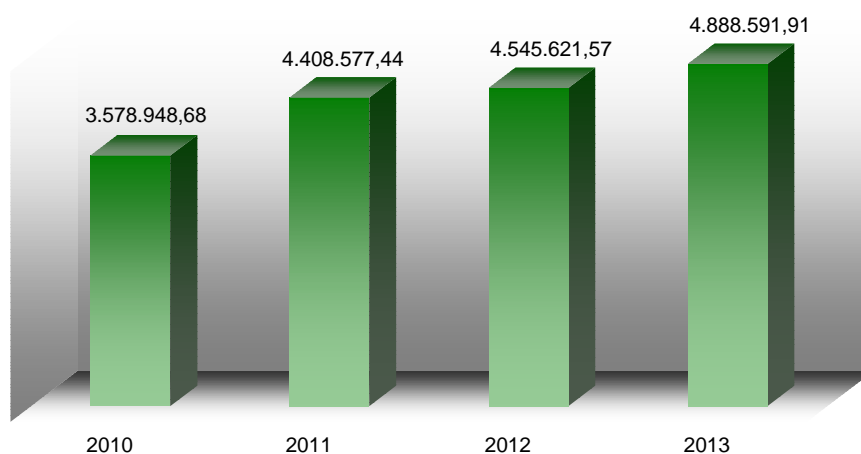
TABELA 24
DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO VALORES NOMINAIS

(R\$ 1,00)

RECEITAS	2012	2013	VARIAÇÃO % (2012 / 2013)	PARTICIPAÇÃO %
FPE	4.545.620.948,57	4.888.591.908,78	7,55	95,94
CIDE	39.594.407,70	2.085.605,03	-94,73	0,04
FEP	18.402.940,40	19.117.370,64	3,88	0,38
ROYALTIES	14.212.255,46	19.148.194,79	34,73	0,38
IPI	27.785.366,89	29.507.365,77	6,20	0,58
LEI KANDIR	23.821.346,28	23.821.346,27	-0,00	0,47
FUNDO DE EXPORTAÇÃO	6.100.672,50	0,00	-100,00	0,00
CFEM	756.859,92	923.010,98	21,95	0,02
FNDE	70.268.864,30	112.287.570,77	59,80	2,20
ISO	184,46	1.172,41	535,59	0,00
TOTAL	4.746.563.846,48	5.095.483.545,44	7,35	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO IX
EVOLUÇÃO DA RECEITA DO FPE - 2010 - 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ



No exercício de 2012, houve mudança de critério com relação ao FUNDEB, as receitas que compõem a sua base de cálculo foram registradas pelos seus valores brutos. Contudo, os percentuais deduzidos da arrecadação das receitas e aqueles retidos automaticamente das transferências, ambos destinados à formação do FUNDEB; foram registrados em conta contábil de dedução da Receita Orçamentária Arrecadada, conforme Portaria STN nº 328, de 27 de agosto de 2001.

As Tabelas seguintes demonstram a composição dos recursos que formam o FUNDEB, bem como os que o Estado do Ceará transfere para o Fundo.

A composição das origens do FUNDEB está discriminada na tabela a seguir.

TABELA 25

DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS DOS RECURSOS DO FUNDEB ESTADO DO CEARÁ - 2013

(R\$ 100)		
ORIGENS DOS RECURSOS	VALOR	PART. %
ICMS ESTADUAL	434.886.192,96	36,59
FPE	256.387.787,74	21,57
FPM	181.419.265,09	15,26
IPI EXP	1.546.342,56	0,13
ITR	122.857,10	0,01
ITCMD	3.293.219,66	0,28
IPVA	28.134.608,20	2,37
ICMS LEI 87/96	1.664.108,52	0,14
AJUSTE RETORNO 2013	-4.371.875,35	(0,37)
TOTAL DA RECEITA DO RETORNO	903.082.506,48	75,99
AJUSTE COMPL UNIÃO 2012	47.259.629,70	(0,09)
AJUSTE COMPL UNIÃO 2013	-1.016.185,56	3,98
COMPL. DA UNIÃO DO EXERCÍCIO	239.171.171,10	20,12
TOTAL DO COMPL. DA UNIAO	285.414.615,24	24,01
TOTAL	1.188.497.121,72	100,00

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A

Nota 1: O ajuste de 2012 refere-se à Portaria MEC nº 344, de 24 de abril de 2013;

Nota 2: Os ajustes de 2013 referem-se a Portaria Interministerial nº 4, de 7 de maio de 2013.

Os recursos transferidos ao FUNDEB, que correspondem a 20% da parcela pertencente ao Governo Estadual do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação, Lei Complementar 87/96, foram registrados como dedução da respectiva receita orçamentária, conforme discriminado abaixo:



TABELA 26

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS TRANSFERIDOS AO FUNDEB ESTADO DO CEARÁ - 2013

(R\$ 1,00)		
FONTES	VALOR	PART. %
ICMS Estadual	1.244.830.572,49	54,18
FPE	977.718.381,50	42,55
IPI Exportação	4.426.104,69	0,19
ITCMD	12.578.699,78	0,55
IPVA	53.376.386,68	2,32
ICMS Lei 87/96	4.764.269,19	0,21
TOTAL	2.297.694.414,33	100,00

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A e do Sistema de Arrecadação de Tributos Unificado e Repasse da SEFAZ/CE;

Nota 1: Valores computados pelo regime de caixa;

Nota 2: Nos valores referentes ao ITCD, ICMS e IPVA, estão computados o valor Principal, Dívida Ativa e Multas e Juros de Mora;

Nota 3: Nos repasses realizados em 2013, constam repasses complementares de 2012:

ICMS - R\$ 36.351.476,10, IPVA - R\$ 266.253,89 e ITCD - R\$ 660.112,66;

Nota 4: Parcela da receita arrecadada em 2013 foi repassada ao FUNDEB em 2014:

ICMS - R\$ 38.247.994,94 , IPVA - R\$ 420.188,26 e ITCD - R\$ 1.242.787,48;

Nota 5: Os recursos transferidos ao FUNDEB, em 2013, foram contabilizados como dedução da receita orçamentária.

O resultado negativo do FUNDEB representa a participação que os Municípios auferiram nos recursos transferidos pelo Estado ao Fundo, conforme composição distributiva estabelecida pela Lei 11.494/2007.

TABELA 27

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO FUNDEB NO ESTADO DO CEARÁ - 2013

(R\$ 1,00)	
DESCRIÇÃO	VALOR
Transferência Realizada pelo Estado	(2.297.694.414,33)
Retornou para o Estado	903.082.506,48
Perda do Estado	(1.394.611.907,85)

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A tabela a seguir demonstra a evolução das perdas do FUNDEB do período de 2008 a 2013

TABELA 28

DEMONSTRATIVO DO EVOLUÇÃO DAS PERDAS DO FUNDEB - 2008 A 2013

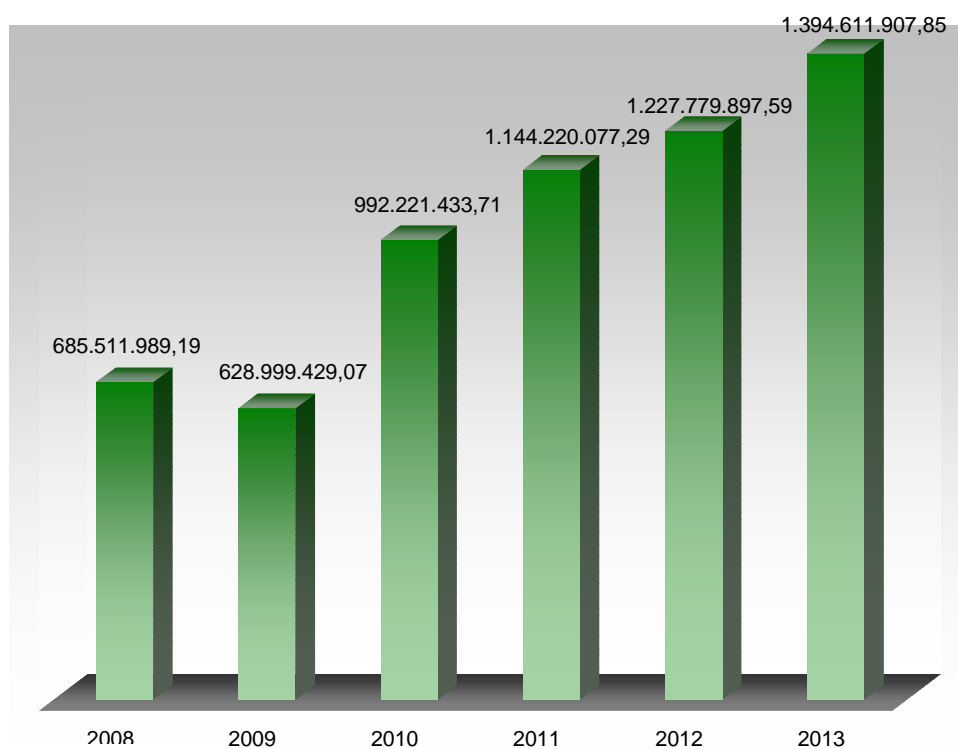
(R\$ 1,00)						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PERDA	685.511.989,19	628.999.429,07	992.221.433,71	1.144.220.077,29	1.227.779.897,59	1.394.611.907,85

Fonte: S2GPR/SEFAZ



Os recursos transferidos ao FUNDEB, que correspondem a 20% da parcela pertencente ao Governo Estadual do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação, Lei Complementar 87/96, foram registrados como dedução da respectiva receita orçamentária.

GRÁFICO X
EVOLUÇÃO DAS PERDAS DO FUNDEB 2008-2013



Outras Receitas Correntes

Esse grupo de receitas alcançou a cifra de R\$ 317.288.347,16, superior ao previsto em 29,05%. Esse grupo apresentou um acréscimo nominal de 29,02% em relação ao exercício de 2012. O item Multas e Juros de Mora participou com R\$ 135.480.167,90, equivalente a 42,70% do total do grupo. Os demais itens: Indenizações e Restituições, Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas atingiram um montante de R\$ 181.808.179,26, representando 57,30% da rubrica Outras Receitas Correntes.



2.1.1.2. Receitas de Capital

A Categoria Receitas de Capital, no ano de 2013, somou o montante de R\$ 1.786.129.324,76, correspondendo a uma participação de 9,48% do total da Receita Orçamentária.

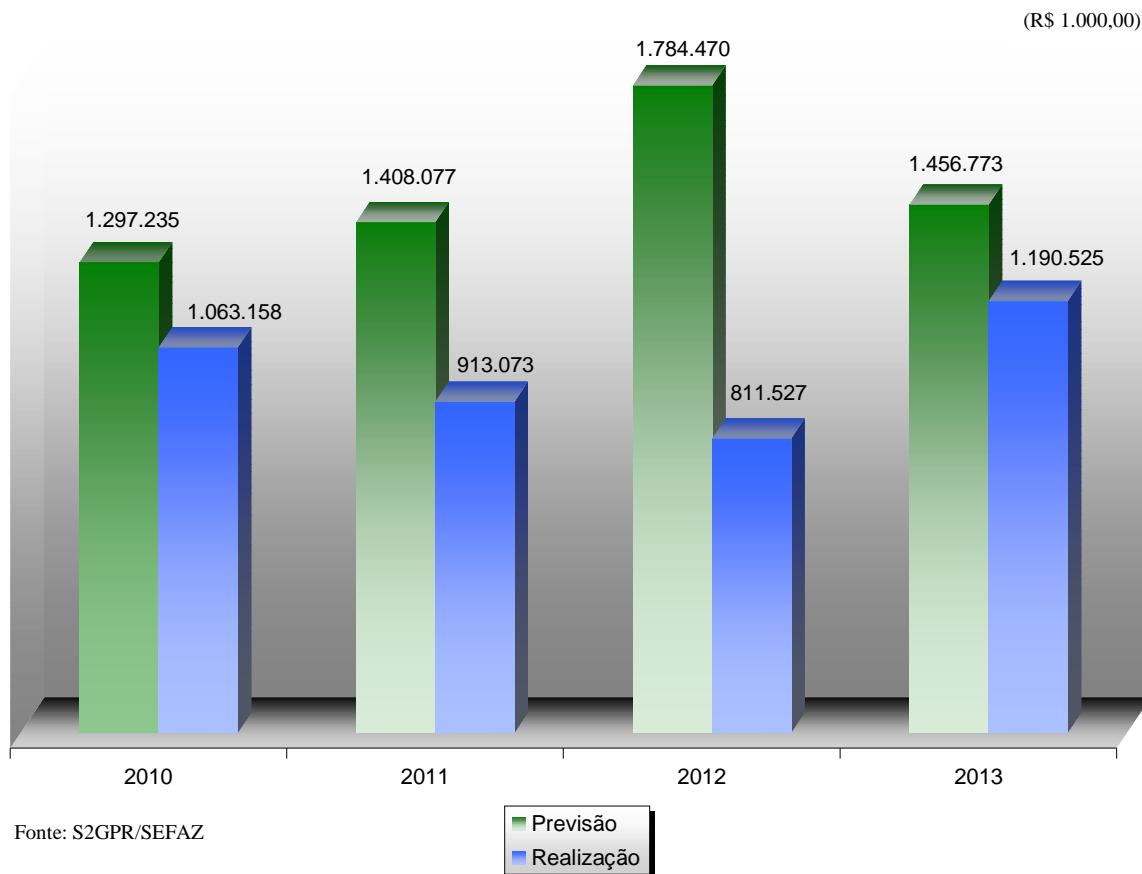
Em 2013, houve um incremento nominal nas Receitas de Operações de Crédito de 46,70% em relação ao ano anterior, conforme tabela abaixo:

TABELA 29
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA PREVISÃO COM A ARRECADAÇÃO A RECEITA DE OPERAÇÃO
DE CRÉDITO

(R\$ 1,00)				
ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
FISCAL	14.334.184.166,40	11.205.636.561,01	93,38	78,17
Corrente	9.101.180.597,95	8.724.376.669,06	72,71	95,86
Capital	5.233.003.568,45	2.481.259.891,95	20,68	47,42
Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURIDADE SOCIAL	829.539.835,76	793.990.244,37	6,62	95,71
Corrente	805.568.222,86	781.024.796,34	6,51	96,95
Capital	23.971.612,90	12.965.448,03	0,11	54,09
INVEST.DAS EMPRESAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.163.724.002,16	11.999.626.805,38	100,00	79,13

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XI
COMPARATIVO DA PREVISÃO COM A ARRECADAÇÃO DA RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO -
2010 - 2013



A participação das Operações de Crédito em relação à receita total, nos últimos cinco anos, encontra-se demonstrada a seguir:



TABELA 30
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À
RECEITA TOTAL: 2010 A 2013

ANO	VALOR LIBERADO	Valores Correntes (R\$ 1,00)	
		RECEITA TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
2010	1.063.158.347	12.861.165.312	8,27
2011	913.072.697	14.111.161.195	6,47
2012	811.527.194	16.238.573.150	5,00
2013	1.190.525.229	18.844.349.204	6,32

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

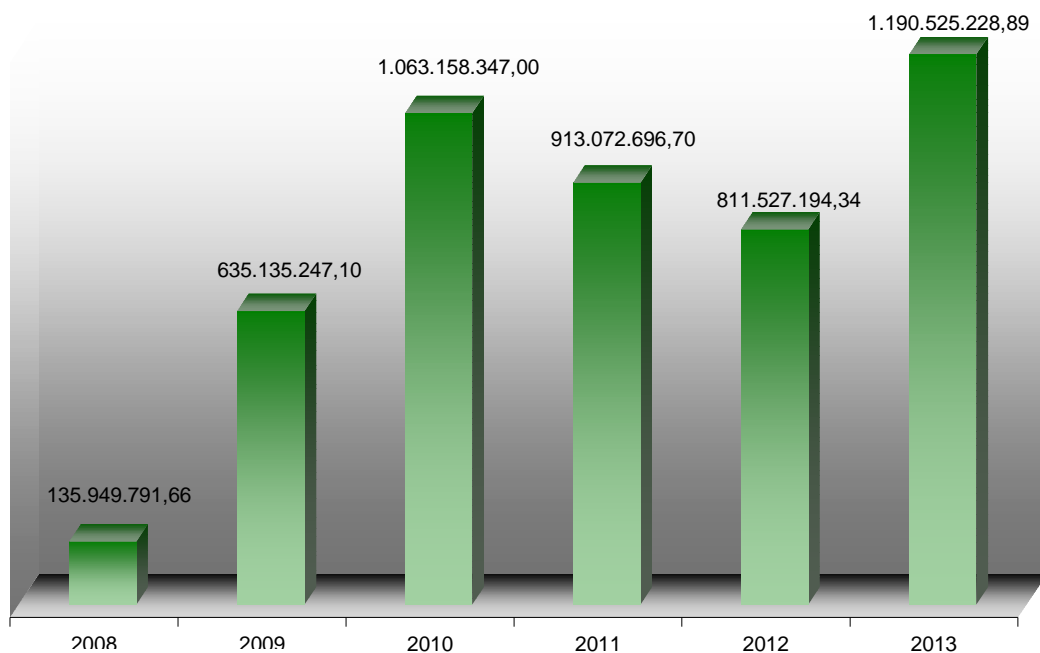
Do montante total das operações de crédito realizadas em 2013, destacam-se as operações de créditos internas obtidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e ao Banco do Brasil - BB, que totalizaram o valor de R\$ 661.076.342,55, correspondente a 55,53% da receita total de operação de crédito, sendo que os recursos originados através do BNDES foram aplicados no pagamento da Sociedade de Propósito Específico - SPE, a qual reformou e opera o Arena Castelão, no Programa Metrofor, no Programa Hidroagrícola, e no Programa BNDES Estados destinado a projetos do Plano de Investimentos do Estado constante no Plano Plurianual - PPA e com à aquisição de 04 (quatro) tuneladoras EPB (Earth Pressure Balanced) a serem utilizadas na implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza. Com o Banco do Brasil S/A, foram utilizados exclusivamente para viabilizar a execução de despesas de capital constante no Plano Plurianual - PPA, ambos provenientes do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal - PROINVEST, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.109, de 05 de julho de 2012.

Nesse montante de 2013, também estão incluídas as operações de crédito externa destinadas ao Programa de Saúde financiado pelo BID no valor de R\$ 29.040.858,75, ao Programa São José III, que trata da redução da Pobreza Rural financiado pelo BID no valor de R\$ 22.375.100,00, ao Programa de valorização Turística com a Corporação Andina de Fomento - CAF no valor de R\$ 40.099.252,38, ao Programa de Aquisição de Equipamentos e Instrumentos Técnicos Científicos com a MLW Intermed no valor de R\$142.488.214,31 e ao Programa PforR através do Banco Mundial (BIRD) - Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental no valor de R\$ 222.204.955,00.



GRÁFICO XII

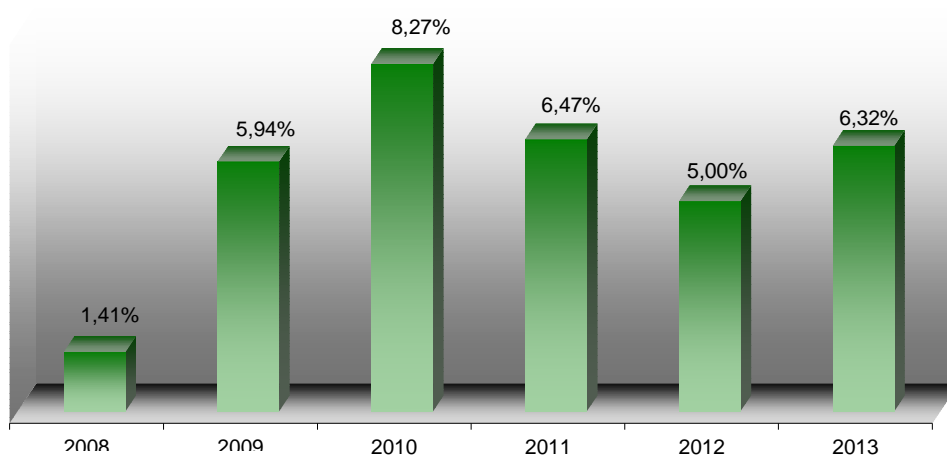
EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO VALORES CORRENTES - 2008 A 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ

GRÁFICO XIII

PARTICIPAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL - 2008 A 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ



Alienação de Bens

A alienação de Bens, no ano de 2013, somou o montante de R\$ 22.325,38, com uma participação de 0,13% desprezível no total da Receita de Capital. O valor arrecadado é exclusivamente de Alienação de Bens Móveis. Essa receita apresentou em 2013 uma redução de 99,66% em comparação com o exercício anterior.

Transferência de Capital

No ano de 2013, esse grupo foi o segundo mais relevante da categoria Receita de Capital com o montante de R\$ 595.581.770,49 participando com 33,34% no total da sua categoria. Essa receita apresentou em 2013 um acréscimo de 390,66% em comparação com exercício anterior.

Outras Receitas de Capital

O grupo Outras Receitas de Capital, no ano de 2013 não teve arrecadação, no entanto foi previsto o valor de R\$ 3.116.739,48.

2.1.2. Despesa Orçamentária

A Despesa Realizada na Administração Direta, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2013 e de seus créditos adicionais, atingiu o total de R\$ 11.999.626.805,38 correspondendo a 79,14%, da despesa final fixada, que foi R\$ 15.163.724.002,16, não incluindo as transferências para administração Indireta.

2.1.2.1. A Despesa Orçamentária, por Tipo de Crédito, está assim demonstrada:

TABELA 31
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA X REALIZADA,
POR TIPO DE CRÉDITO

(R\$ 1,00)				
CRÉDITOS	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PART.%
Ordinários e Suplementares	14.920.291.658,09	11.999.626.805,38	80,42	100,00
Créditos Especiais	243.432.344,07	0,00	0,00	0,00
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00
TO TAL	15.163.724.002,16	11.999.626.805,38	79,13	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



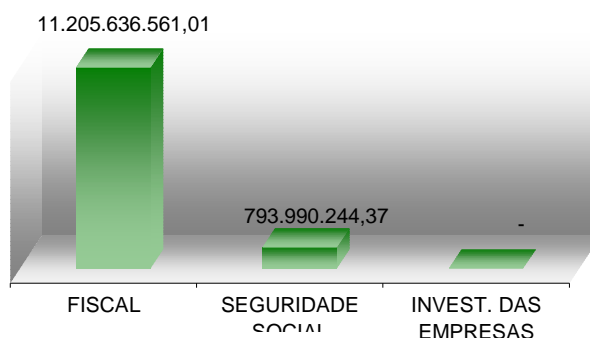
De acordo com a Lei Orçamentária Anual, que obedeceu à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, a despesa autorizada e a realizada por tipo de orçamento e segundo as categorias econômicas, estão demonstradas a seguir:

TABELA 32
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR
TIPO DE ORÇAMENTO E CATEGORIA ECONÔMICA

(R\$ 1,00)				
ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
FISCAL	14.334.184.166,40	11.205.636.561,01	93,38	78,17
Corrente	9.101.180.597,95	8.724.376.669,06	72,71	95,86
Capital	5.233.003.568,45	2.481.259.891,95	20,68	47,42
Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURIDADE SOCIAL	829.539.835,76	793.990.244,37	6,62	95,71
Corrente	805.568.222,86	781.024.796,34	6,51	96,95
Capital	23.971.612,90	12.965.448,03	0,11	54,09
INVEST.DAS EMPRESAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.163.724.002,16	11.999.626.805,38	100,00	79,13

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XIV
DESPESA REALIZADA POR TIPO DE ORÇAMENTO



Fonte: S2GPR/SEFAZ

A participação dos poderes do Estado, com seus respectivos órgãos, e do Ministério Público, no cômputo da despesa autorizada e realizada, está evidenciada no quadro seguinte:

TABELA 33
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR
PODER E ÓRGÃO

(R\$ 1,00)					
ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	SALDO	REALIZ. %	PART. %
PODER LEGISLATIVO	506.845.280,15	497.816.516,53	9.028.763,62	98,22	4,15
Assembleia Legislativa	363.044.019,67	358.398.011,45	4.646.008,22	98,72	2,99
Tribunal de Contas do Estado	73.297.872,00	72.271.769,82	1.026.102,18	98,60	0,60
Tribunal de Contas dos Municípios	70.503.388,48	67.146.735,26	3.356.653,22	95,24	0,56
PODER JUDICIÁRIO	743.351.132,65	740.683.828,85	2.667.303,80	99,64	6,17
Tribunal de Justiça	743.351.132,65	740.683.828,85	2.667.303,80	99,64	6,17
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	266.860.896,42	261.958.706,54	4.902.189,88	98,16	2,18
Procuradoria Geral da Justiça	266.860.896,42	261.958.706,54	4.902.189,88	98,16	2,18
PODER EXECUTIVO	13.646.666.692,94	10.499.167.753,46	3.147.498.939,48	76,94	87,50
Defensoria Pública Geral do Estado	97.813.137,30	96.600.673,62	1.212.463,68	98,76	0,81
Secretaria da Infra-Estrutura	1.188.863.976,10	539.504.504,93	649.359.471,17	45,38	4,50
Sec. de Seg. Pub. e Def. Social	115.455.612,91	94.825.298,43	20.630.314,48	82,13	0,79
SSPDC - Polícia Civil	289.800.835,10	276.787.143,01	13.013.692,09	95,51	2,31
Polícia Militar	936.062.896,18	916.619.654,05	19.443.242,13	97,92	7,64
Corpo de Bombeiros	142.673.574,89	134.243.721,60	8.429.853,29	94,09	1,12
Perícia Forense do Estado do Ceará	56.784.622,28	53.196.588,61	3.588.033,67	93,68	0,44
Academia Estadual de Seg. Pública	15.307.586,11	10.475.281,67	4.832.304,44	68,43	0,09
Gabinete do Governador	47.730.807,41	45.140.970,16	2.589.837,25	94,57	0,38
Gabinete do Vice-Governador	3.915.246,11	3.678.701,95	236.544,16	93,96	0,03
Procuradoria Geral do Estado	64.995.262,26	61.926.845,41	3.068.416,85	95,28	0,52
Casa Militar	9.078.691,00	8.962.668,42	116.022,58	98,72	0,07
Conselho Estadual de Educação	6.106.415,99	5.925.707,53	180.708,46	97,04	0,05
Secretaria da Justiça e Cidadania	312.660.848,68	233.839.523,45	78.821.325,23	74,79	1,95
Secretaria da Fazenda	661.874.916,29	618.037.097,62	43.837.818,67	93,38	5,15
- Encargos Gerais do Estado	3.442.970.030,78	3.369.002.632,97	73.967.397,81	97,85	28,08
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	601.543.147,49	272.409.753,68	329.133.393,81	45,29	2,27
Secretaria da Educação	2.426.426.762,70	2.225.539.568,31	200.887.194,39	91,72	18,55
Secretaria da Cultura	74.486.325,39	53.758.690,63	20.727.634,76	72,17	0,45
Secretaria dos Recursos Hídricos	535.179.462,02	150.065.011,54	385.114.450,48	28,04	1,25
Casa Civil	171.220.336,61	161.834.621,89	9.385.714,72	94,52	1,35
Secretaria da Ciência, Rec. e Educação Superior	170.797.293,74	114.486.951,26	56.310.342,48	67,03	0,95
Secretaria do Turismo	345.050.593,79	147.506.143,75	197.544.450,04	42,75	1,23
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	10.898.279,37	9.838.656,03	1.059.623,34	90,28	0,08
Secretaria do Esporte	82.951.976,60	67.284.590,39	15.667.386,21	81,11	0,56
Secretaria das Cidades	944.989.962,61	284.356.353,77	660.633.608,84	30,09	2,37
Secretaria de Planejamento e Gestão	260.990.713,55	75.616.865,34	185.373.848,21	28,97	0,63
Escola de Gestão Púb. Do Estado do Ceará	3.303.589,96	3.141.055,41	162.534,55	95,08	0,03
Secretaria do Trabalho e Des. Social	190.324.434,69	152.879.881,64	37.444.553,05	80,33	1,27
Conselho Estadual de Desenv. Econômico	48.163.725,28	46.932.312,14	1.231.413,14	97,44	0,39
Conselho de Políticas e Gestão M. Ambiente	29.292.047,90	12.934.196,26	16.357.851,64	44,16	0,11
Secretaria da Pesca e Aquicultura	29.156.299,89	4.849.309,23	24.306.990,66	16,63	0,04
Secretaria Especial da Copa	320.286.005,96	238.520.916,79	81.765.089,17	74,47	1,99
Controladoria Geral da Disciplina	9.511.276,00	8.445.861,97	1.065.414,03	88,80	0,07
TOTAL	15.163.724.002,16	11.999.626.805,38	3.164.097.196,78	79,13	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Vale lembrar que os “Encargos Gerais do Estado”, demonstrado na tabela anterior, representa uma unidade orçamentária ligada à Secretaria da Fazenda, em que são realizadas as despesas que abrangem todo o Estado, como: o Serviço e Amortização da Dívida Pública, as Transferências Constitucionais aos Municípios, Sentenças Judiciais, PASEP e outras.

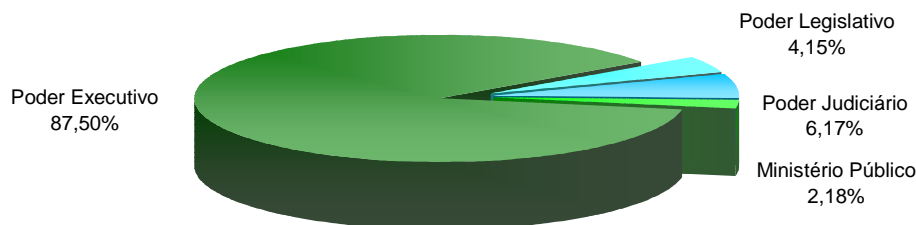
TABELA 34
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR
PODER E CATEGORIA ECONÔMICA

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %	PARTICIPAÇÃO %
Poder Legislativo	506.845.280,15	497.816.516,53	98,22	4,15
Despesas Correntes	473.600.810,44	465.836.380,67	98,36	3,88
Despesas de Capital	33.244.469,71	31.980.135,86	96,20	0,27
Poder Judiciário	743.351.132,65	740.683.828,85	99,64	6,17
Despesas Correntes	743.341.132,65	740.683.828,85	99,64	6,17
Despesas de Capital	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	266.860.896,42	261.958.706,54	98,16	2,18
Despesas Correntes	260.451.896,42	256.673.521,02	98,55	2,14
Despesas de Capital	6.409.000,00	5.285.185,52	82,47	0,04
Poder Executivo	13.646.666.692,94	10.499.167.753,46	76,94	87,50
Despesas Correntes	8.429.354.981,30	8.042.207.734,86	95,41	67,02
Despesas de Capital	5.217.311.711,64	2.456.960.018,60	47,09	20,48
TOTAL	15.163.724.002,16	11.999.626.805,38	79,13	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XV
DESPESA REALIZADA POR PODER



Fonte: S2GPR/SEFAZ

2.1.2.2. Despesa por Categoria Econômica e Grupo

A comparação da despesa autorizada com a executada, por categoria e grupo, da Administração Direta, está demonstrada da seguinte forma:

TABELA 35
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA,
POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	AUTORIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	SALDO	REALIZ.%	PARTIC.%
DESPESAS CORRENTES	9.906.748.820,81	9.505.401.465,40	401.347.355,41	95,95	79,21
Pessoal e Encargos Sociais	4.868.106.136,28	4.776.717.422,68	91.388.713,60	98,12	39,81
Juros e Enc. da Dívida	231.423.495,00	227.018.789,46	4.404.705,54	98,10	1,89
Outras Despesas Correntes	4.807.219.189,53	4.501.665.253,26	305.553.936,27	93,64	37,52
DESPESAS DE CAPITAL	5.256.975.181,35	2.494.225.339,98	2.762.749.841,37	47,45	20,79
Investimentos	4.466.541.175,43	1.722.912.521,89	2.743.628.653,54	38,57	14,36
Inversões Financeiras	253.721.880,30	244.274.232,51	9.447.647,79	96,28	2,04
Amortização da Dívida	536.712.125,62	527.038.585,58	9.673.540,04	98,20	4,39
TOTAL	15.163.724.002,16	11.999.626.805,38	3.164.097.196,78	79,13	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

2.1.2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes, realizadas pela Administração Direta para a manutenção e o funcionamento da máquina administrativa, alcançaram o montante de R\$ 9.505.401.465,40, correspondendo a 79,21% da Despesa Orçamentária.

Pessoal e Encargos Sociais

A Despesa com Pessoal e Encargos, no valor de R\$ 4.776.717.422,68, é o grupo mais representativo dentro das Despesas Correntes, representando 50,25%.

Destaque-se que existe uma diferença no total do grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, da tabela seguinte, com o total da Despesa de Pessoal da tabela 36. A razão disto é que nesta última estão incluídos os valores empenhados na rubrica Pessoal e Encargos das Administrações Direta e Indireta e calculada nos moldes do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.



TABELA 36

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE
LÍQUIDA - RCL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04.05.00

LRF Art. 55, inciso I alínea "a".

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS				
	PODER EXECUTIVO	PODER LEGISLATIVO	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL (Últimos 12 meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.501.611.414,25	369.206.166,80	799.369.024,23	253.913.797,13	7.924.100.402,41
PESSOAL ATIVO	4.831.685.421,83	294.301.595,57	691.896.794,89	221.879.077,06	6.039.762.889,35
PESSOAL INATIVO	1.411.086.226,70	66.181.284,18	107.472.229,34	32.034.720,07	1.616.774.460,29
- Tesouro	812.841.205,49	1.040.304,08	5.274,40	16.221,15	813.903.005,12
- Servidor	196.054.122,45	31.723.132,96	54.696.348,93	13.290.300,57	295.763.904,91
- Patronal	402.190.898,76	33.417.847,14	52.770.606,01	18.728.198,35	507.107.550,26
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF)	258.839.765,72	8.723.287,05	0,00	0,00	267.563.052,77
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	677.055.195,53	65.993.034,51	132.578.194,12	46.161.823,35	921.788.247,51
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	49.273.601,50	0,00	0,00	1,00	49.273.602,50
Despesas de Exercícios Anteriores	29.536.572,82	852.054,41	25.111.239,18	14.143.323,43	69.643.189,84
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	598.245.021,21	65.140.980,10	107.466.954,94	32.018.498,92	802.871.455,17
DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP (III) = (I - II)	5.824.556.218,72	303.213.132,29	666.790.830,11	207.751.973,78	7.002.312.154,90
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.379.882.290,14	13.379.882.290,14	13.379.882.290,14	13.379.882.290,14	13.379.882.290,14
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP sobre a RCL (III / IV*100)	43,53	2,27	4,98	1,55	52,33
% DO LIMITE PRUDENCIAL S/RCL (§ ÚNICO, ART. 22 DA LRF)	46,17	3,23	5,70	1,90	57,00
% DO LIMITE MÁXIMO S/RCL (INCISOS I,II,III, ART. 20 DA LRF)	48,60	3,40	6,00	2,00	60,00

FONTE: SZGPR; COTES/CECAD; 29/03/2014 14:59

Notas:

- 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício;
 - 2: No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência;
 - 3: Exclui "Pensionistas" conforme Resolução nº 2230/10-TCE.

Como demonstra a tabela anterior, o Estado cumpriu o que estabelece o inciso II, do Art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, de não exceder 60% da Receita Corrente Líquida com Despesa de Pessoal e Encargos, tendo comprometido, em 2013, 52,33%.

No Demonstrativo da despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida - RCL, Tabela 36, estão apropriadas as despesas com inativos em cada Poder e no Ministério Público.

Os repasses previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social estão apropriados no Pessoal Ativo de cada poder e no Ministério Público.

Constam na Despesa de Pessoal as despesas relativas a mão-de-obra, constantes de contratos de terceirização e inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do quadro de pessoal da Instituição, classificadas no elemento 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.



Essa despesa está regulamentada pelo Poder Executivo através da Instrução Normativa Conjunta SEFAZ/SEAD/SECON nº 01, de 21 de junho de 2006.

Na despesa com pessoal não estão computadas as despesas com pensionistas por força da Resolução nº 2230/10/TCE.

Comparando-se, o valor da Despesa com Pessoal do exercício de 2013, com a do exercício de 2012 houve um acréscimo de 13,83%.

De acordo com os termos dos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Poder Executivo esclarece que, em 2013, realizou 3.806 nomeações de novos servidores para integrarem os seguintes órgãos: DPG, Polícia Civil, PMCE, PGE, SEFAZ, SEMACE, SEDUC, ARCE, FUNECE, URCA, UVA, SEJUS, SEPLAG, PEFOCE, ADAGRI. A despesa com esses novos servidores representou para o Estado, em 2013, um custo adicional de R\$ 118.344.159,65.

TABELA 37

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04.05.00

RREO - ANEXO 3 (LRF, art.53, Inciso I)

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA DE 2013
	JAN/13	FEV/13	MAR/13	ABR/13	MAI/13	JUN/13	JUL/13	AGO/13	SET/13	OUT/13	NOV/13	DEZ/13		
I - RECEITAS CORRENTES	1.455.820.453	1.654.269.906	1.468.443.050	1.518.580.137	1.545.398.575	1.484.708.998	1.365.778.275	1.494.461.665	1.509.107.695	1.469.292.313	1.618.986.998	1.946.877.691	18.531.725.757	19.014.349.501
Receita Tributária	873.805.365	814.777.617	751.015.055	847.510.039	793.359.353	775.123.968	830.610.933	822.011.605	907.699.455	861.023.664	871.367.886	976.454.436	10.124.759.369	10.004.621.400
ICMS	700.839.363	681.286.323	596.062.699	664.778.116	669.752.346	657.927.385	691.727.568	736.475.136	796.870.575	748.817.407	780.235.997	817.236.995	8.542.009.911	8.483.777.134
IPVA	160.731.769	76.448.136	70.526.200	70.274.423	59.210.296	15.183.332	15.614.902	11.452.388	9.799.597	7.881.770	6.526.558	6.870.965	510.520.336	502.807.109
ITCD	2.401.839	3.860.025	2.326.446	5.353.955	3.266.198	4.094.799	3.225.124	5.367.897	15.233.709	4.388.654	4.450.360	5.392.775	59.361.780	48.606.914
IRRF	6.665.144	44.406.235	47.944.131	58.262.251	48.043.381	49.034.072	84.155.866	35.423.474	51.028.534	69.116.822	54.745.628	106.164.764	654.990.302	569.809.768
Outras Receitas Tributárias	3.167.240	8.776.898	34.155.579	48.841.295	13.087.132	48.884.380	35.887.474	33.292.711	34.767.040	30.819.011	25.409.343	40.788.938	357.877.040	399.820.476
Receita de Contribuições	26.207.616	34.054.570	9.558.735	54.023.786	34.193.075	32.692.632	37.930.368	35.103.802	35.098.185	33.379.392	35.634.510	84.262.458	452.139.130	452.973.091
Receita Patrimonial	10.148.818	13.202.871	207.134.137	23.767.451	19.117.995	65.256.722	(25.721.014)	26.450.842	18.805.578	24.573.333	24.639.703	155.273.581	562.650.017	273.019.520
Receita Agropecuária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receita Serviços	1.088.222	1.527.038	3.712.661	5.470.435	3.873.857	3.235.857	4.078.198	3.646.593	4.328.125	3.585.220	3.722.576	9.405.165	47.673.947	20.638.529
Transferências Correntes	516.610.466	775.049.141	467.737.790	550.448.592	663.812.190	574.489.315	485.854.946	570.671.096	474.995.237	515.859.848	650.517.379	643.740.777	6.889.786.777	7.762.268.612
Cota-Parte do FPE	425.582.139	572.575.251	329.760.821	353.825.926	508.399.763	424.154.140	302.051.877	394.928.008	326.854.745	326.859.786	454.855.297	468.944.176	4.888.591.909	5.332.233.829
Transferências de L.C. 87/1996	0	0	0	7.940.449	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	1.985.112	23.821.346	26.104.110
Transferências de L.C. 61/1989	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências do FUNDEB	80.474.698	124.508.592	88.055.660	137.709.502	102.958.080	89.218.043	83.609.265	93.625.594	87.843.167	93.729.452	97.917.537	108.847.532	1.188.497.122	1.235.641.044
Outras Transferências Correntes	10.553.630	77.965.297	49.921.309	50.972.715	50.469.234	59.132.019	98.208.692	80.132.362	58.312.214	93.285.518	95.959.433	63.963.957	788.876.400	1.168.289.628
Outras Receitas Correntes	27.959.976	15.658.669	29.284.672	37.359.834	31.042.104	33.910.503	33.024.843	36.577.728	68.181.115	30.870.855	33.104.944	77.741.274	454.716.517	500.828.350
II - DEDUÇÕES	479.805.908	453.449.956	385.901.538	416.141.319	435.207.989	400.402.625	373.970.203	410.537.138	418.150.233	426.579.516	433.864.439	517.832.602	5.151.843.466	5.220.431.368
Transferências Constitucionais e Legais	250.237.184	194.109.995	206.068.675	181.752.169	193.455.428	181.738.639	168.938.651	185.594.717	204.771.279	199.397.174	199.021.003	197.909.803	2.362.994.717	2.393.231.509
Contrib. para o Plano de previd. do Servidor	26.207.616	34.054.570	9.558.735	54.023.786	34.193.075	32.692.632	37.930.368	35.103.802	35.098.185	33.379.392	35.634.510	84.262.458	452.139.130	452.973.091
Contrib. p/ Custeio das Pensões Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compens. Financ. entre Reg. Previdência	1.740.584	0	0	4.625.264	3.393.636	1.177.651	4.509.111	3.476.509	4.518.124	2.676.202	3.564.149	9.333.975	39.015.205	33.190.800
Ded. de Rec. para a formação do FUNDEB	201.620.524	225.285.391	170.274.128	175.740.100	204.165.850	184.793.703	162.592.074	186.362.111	173.762.644	191.126.748	195.644.776	226.326.365	2.297.694.414	2.341.035.967
III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	976.014.546	1.200.819.950	1.082.541.512	1.102.438.817	1.110.190.585	1.084.306.372	991.808.072	1.083.924.528	1.090.957.463	1.042.712.797	1.185.122.559	1.429.045.090	13.379.882.290	13.793.918.134

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 29/03/2014 14:54

A Receita Corrente Líquida - RCL, no valor de R\$ 13.379.882.290,14 foi apurada somando-se as receitas arrecadadas, com as devidas deduções, no mês de referência (Dezembro) e nos 11 meses anteriores.



A RCL é referência para a fixação dos limites das despesas com pessoal, das despesas previdenciárias, das garantias, da dívida consolidada e das operações de crédito. Isto significa que quanto mais aumentar a RCL, mais poderão se expandir os valores das despesas que estão a ela referenciadas.

TABELA 38
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

(R\$ 1,00)

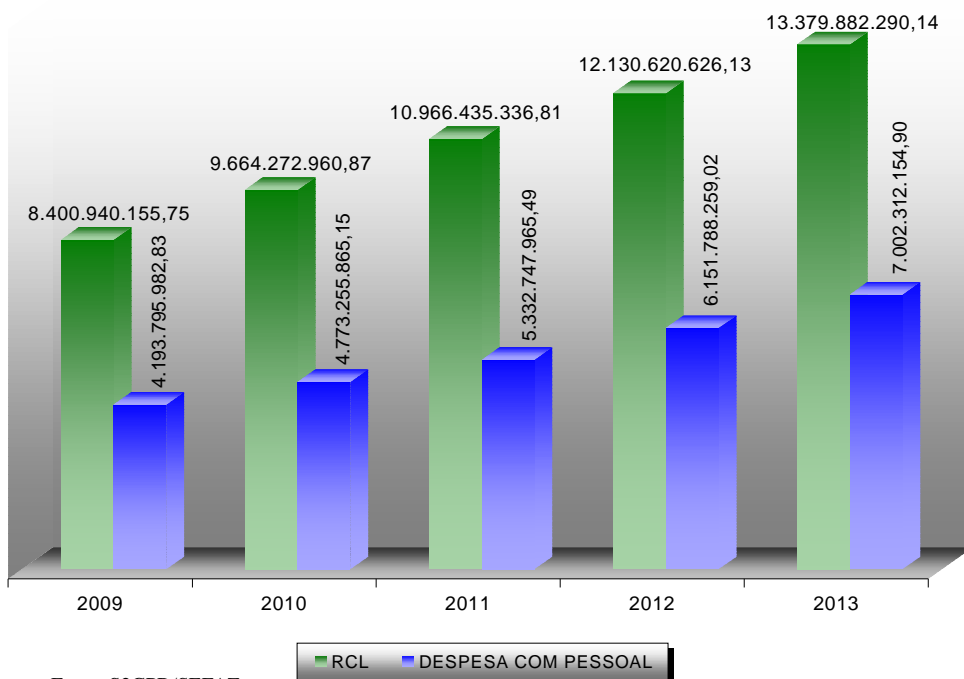
ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DESPESA COM PESSOAL	REALIZAÇÃO %
2009	8.400.940.155,75	4.193.795.982,83	49,92
2010	9.664.272.960,87	4.773.255.865,15	49,39
2011	10.966.435.336,81	5.332.747.965,49	48,63
2012	12.130.620.626,13	6.151.788.259,02	50,71
2013	13.379.882.290,14	7.002.312.154,90	52,33

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO XVI

DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2009 A 2013



Juros e Encargos da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida Interna, no ano de 2013, somaram R\$ 192.418.692,73 representando 2,02% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um decréscimo de 4,15%. Está incluído na despesa supramencionada o valor de R\$ 21.170.288,00, referente aos juros e encargos da dívida da COHAB, pagos com recursos do Tesouro.

Os Juros e Encargos da Dívida Externa, no ano de 2013, atingiram a cifra de R\$ 34.600.096,73, representando 0,36% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 29,83%.

Outras Despesas Correntes

O grupo de despesas “Outras Despesas Correntes”, executadas em 2013 somaram R\$ 4.501.655.253,26.

As transferências constitucionais e legais repassadas aos municípios, no exercício de 2013, conforme Art.158 da Constituição Federal, somaram R\$ 2.362.994.717,14, participando com 52,50% na composição do grupo.



TABELA 39
DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS

(R\$ 1,00)	
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	TO TAL
DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS	
Transferências a Municípios - ICMS	2.077.878.485,80
Transferências a Municípios - IPVA	267.651.597,27
Transferências a Municípios - IPI	7.376.841,46
Transferências a Municípios - Royalties	9.566.391,35
Transferências a Municípios - CIDE	521.401,26
TO TAL	2.362.994.717,14

A cota parte do ICMS pertencente aos municípios é calculada, no percentual de 25% sobre a receita bruta do ICMS, e somente depois é calculado o aporte ao FUNDEB devido pelos municípios, no percentual de 20% sobre a sua cota parte, já líquida das restituições:

TABELA 40
BASE DE CÁLCULO DA QUOTA PARTE DO ICMS AOS MUNICÍPIOS

(R\$ 1,00)	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
ICMS	8.231.773.150,70
MULTA E JUROS DE MORA - ICMS	22.444.801,90
DÍVIDA ATIVA DO ICMS	78.213.908,72
MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS	4.614.156,08
TOTAL	8.670.949.690,71
RESTITUIÇÃO DE ICMS	23.568.675,21
RESTITUIÇÃO MULTA E JUROS DE MORA - ICMS - FECOP	97.287,12
TOTAL	357.472.348,52
BASE DE CÁLCULO DA QUOTA PARTE DO ICMS DEVIDA AOS MUNICÍPIOS	8.313.477.342,19

A Tabela a seguir demonstra os principais componentes do grupo de Outras Receitas Correntes.



TABELA 41

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA DO GRUPO
“OUTRAS DESPESAS CORRENTES”

(R\$ 100)

ELEMENTOS DE DESPESA	AUTORIZAÇÃO	PARTIC.%	REALIZ.%	PARTIC.%	REALIZ.%
Transf. Interg. a Municípios	2.443.528.164,48	50,83	2.410.535.868,90	53,55	98,65
Transf. a Consór. Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Priv. s/fins lucrativos	341.886.119,41	7,11	281.353.166,20	6,25	82,29
Transf. a Inst. Multigov. Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Priv. c/fins lucrativos	3.399.485,00	0,07	3.346.485,00	0,07	98,44
Aplic. Diretas entre Orçamentos	10.117.035,37	0,21	6.856.944,26	0,15	67,78
Aplic Dir. entre Orçam. - Consórcio parti	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. ao Exterior	534.155,90	0,01	401.664,96	0,01	75,20
Transf. à União	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Orçamen. Delegada a Estados e	20.714,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	2.007.715.515,37	41,76	1.799.171.123,94	39,97	89,61
- Indenizações e Restituições	25.793.430,66	0,54	23.816.221,16	0,53	92,33
- Material de Consumo	169.672.417,17	3,53	144.687.154,63	3,21	85,27
- Out. Ser. Terc. P. Física	156.588.778,23	3,26	146.527.844,61	3,25	93,57
- Out. Ser. Terc. P. Jurídica	694.765.702,33	14,45	610.201.142,07	13,56	87,83
- Locação de Mão-de-Obra	407.874.652,06	8,48	396.053.704,46	8,80	97,10
- Passagens e Desp. c/Locomoção	18.589.476,64	0,39	17.035.432,95	0,38	91,64
- Outras Desp. Pessoal - Cont. Terceirização	65.734.325,47	1,37	64.632.664,95	1,44	98,32
- Serviços de Consultoria	17.981.954,31	0,37	15.680.503,48	0,35	87,20
- Material de Distribuição Gratuita	77.214.282,11	1,61	41.593.630,19	0,92	53,87
- Obrigações Trib. Contributivas	125.604.388,61	2,61	125.168.138,50	2,78	99,65
- Auxílio Alimentação	99.204.343,82	2,06	98.210.827,19	2,18	99,00
- Auxílio Finan. a Estudantes	2.965.435,98	0,06	2.643.467,27	0,06	89,14
- Premiações Cult. Artis. e Cient. Desp e Outr	43.038.869,11	0,90	26.437.008,78	0,59	61,43
- Outros	102.687.458,87	2,14	86.483.383,70	1,92	84,22
TO TAL	4.807.219.189,53	100,00	4.501.665.253,26	100,00	93,64

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota: "Outros" compõem-se de: auxílio transporte, contratação por tempo determinado, contribuições, despesas de exercícios anteriores, diária civil e diárias militar.

TABELA 42

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO
ENSINO - MDE (ART.212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

1,00

RECEITAS DO ENSINO			
DESCRIÇÃO	RECEITAS PREVISTAS (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	% REALIZADA / PREVISTA (B/A)
(I) RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	15.170.930.318,64	14.880.228.184,18	98,08
IMPOSTOS (ICMS + IPVA + ITCD + IRRF)	9.604.800.923,84	9.790.966.441,94	101,94
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (FPE + IPI + LC 87/96)	5.399.389.569,46	4.941.921.793,23	91,53
DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS	33.876.717,52	92.038.353,71	271,69
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DOS IMPOSTOS	116.296.811,07	66.458.112,21	57,15
MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS	16.566.296,75	12.827.568,24	77,43
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-	23.984.085,15	-
(II) TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (25% DO ICMS + 50% DO IPVA + 25% DO IPI)	2.375.226.377,00	2.352.906.924,53	99,06
(III) TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS	12.795.703.941,64	12.527.321.259,65	97,90
VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM EDUCAÇÃO (25% DE III)			3.131.830.314,91
FUNDEB			
RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS PREVISTAS (A)	RECEITAS REALIZADAS (B)	% REALIZADA / PREVISTA (B/A)
(IV) RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.380.817.419,26	2.307.684.864,40	96,93
20% (ICMS + IPVA + IPI DEDUZIDAS AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS)	1.299.072.352,03	1.312.025.361,33	101,00
20% (ITCD + FPE + LC 87/96)	1.081.745.067,23	995.659.503,07	92,04
(V) RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.235.641.044,09	1.193.287.884,83	96,57
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	924.804.739,09	903.082.506,48	97,65
COMPLEMENTO DA UNIÃO AO FUNDEB	310.836.305,00	285.414.615,24	91,82
RECEITA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB	-	4.790.763,11	-
(VI) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	(1.456.012.680,17)	(1.404.602.357,92)	96,47
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS LIQUIDADAS (B)	% DOT. ATUALIZ. / DESP. LIQUID. (B/A)
(VII) PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.007.189.833,75	968.911.109,94	96,20
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO			
EDUCAÇÃO BÁSICA E OUTRAS	1.007.189.833,75	968.911.109,94	96,20
(VIII) OUTRAS DESPESAS	236.155.385,25	231.011.856,78	97,82
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	17.279.641,45	14.293.184,36	82,72
EDUCAÇÃO BÁSICA E OUTRAS	218.875.743,80	216.718.672,42	99,01
(IX) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (VII + VIII)	1.243.345.219,00	1.199.922.966,72	96,51
DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			VALOR
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB			-
DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB			-
(X) TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB			-
(XI) MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ((VII-X) / V) x 100			81,20
CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE			
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS LIQUIDADAS (B)	% DOT. ATUALIZ. / DESP. LIQUID. (B/A)
EDUCAÇÃO INFANTIL	3.865.781,79	2.748.248,31	71,09
ENSINO FUNDAMENTAL	42.446.389,21	40.347.633,53	95,06
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	1.710.506,75	916.068,30	53,56
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	40.735.882,46	39.431.565,23	96,80
ENSINO MÉDIO	68.872.991,12	53.014.822,36	76,97
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	15.569.134,70	13.377.116,06	85,92
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	53.303.856,42	39.637.706,30	74,36
EDUCAÇÃO BÁSICA	1.393.257.148,27	1.355.758.540,41	97,31
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	995.796.590,41	958.975.235,58	96,30
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	397.460.557,86	396.783.304,83	99,83
ENSINO SUPERIOR	317.578.585,05	296.712.214,17	93,43
ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	255.813.715,04	234.268.562,82	91,58
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	64.606.008,14	63.883.755,11	98,88
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS	191.207.706,90	170.384.807,71	89,11
OUTRAS	402.469.187,17	392.264.984,33	97,46
(XII) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE	2.484.303.797,65	2.375.115.005,93	95,60
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE			VALOR
RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	-	-	(1.404.602.357,92)
DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO			285.414.615,24
RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (55 h)			4.790.763,11
DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB			-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS			-
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*			-
CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RP INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (51 g)			10.424.144,35
TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL			(1.103.972.835,22)
(XIII) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL			3.479.087.841,15
(XIV) MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((XIII) / (III) x 100) %			27,77
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO			
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS			VALOR
52- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			30.450.990,52
53- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			1.195.033.605,96
54- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE			1.220.154.161,04
55- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			4.790.763,11
56- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2013			10.121.198,55

FONTE: SMART / SEFAZ

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

* No item "Outras" correspondem as Subfunções: ADMINISTRAÇÃO GERAL, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, Juros e Amortização da Dívida do Financiamento do PGEF.



Em 2013, o Estado aplicou 27,77% da Receita Líquida de Impostos - RLIT na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, conforme estabelece o art. 212 da Constituição Federal, que prevê o mínimo de 25,00%. Portanto, foram aplicados 2,77 % da RLIT acima do índice definido.

De acordo com a emenda nº 53, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica - FUNDEB, o Estado, no ano de 2013, aplicou no ensino fundamental, médio, educação especial e educação de jovens e adultos o seguinte: 20% do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação e Lei Complementar nº 87/96 (deduzidas as transferências constitucionais).

TABELA 43

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM EDUCAÇÃO X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

(R\$ 1,00)

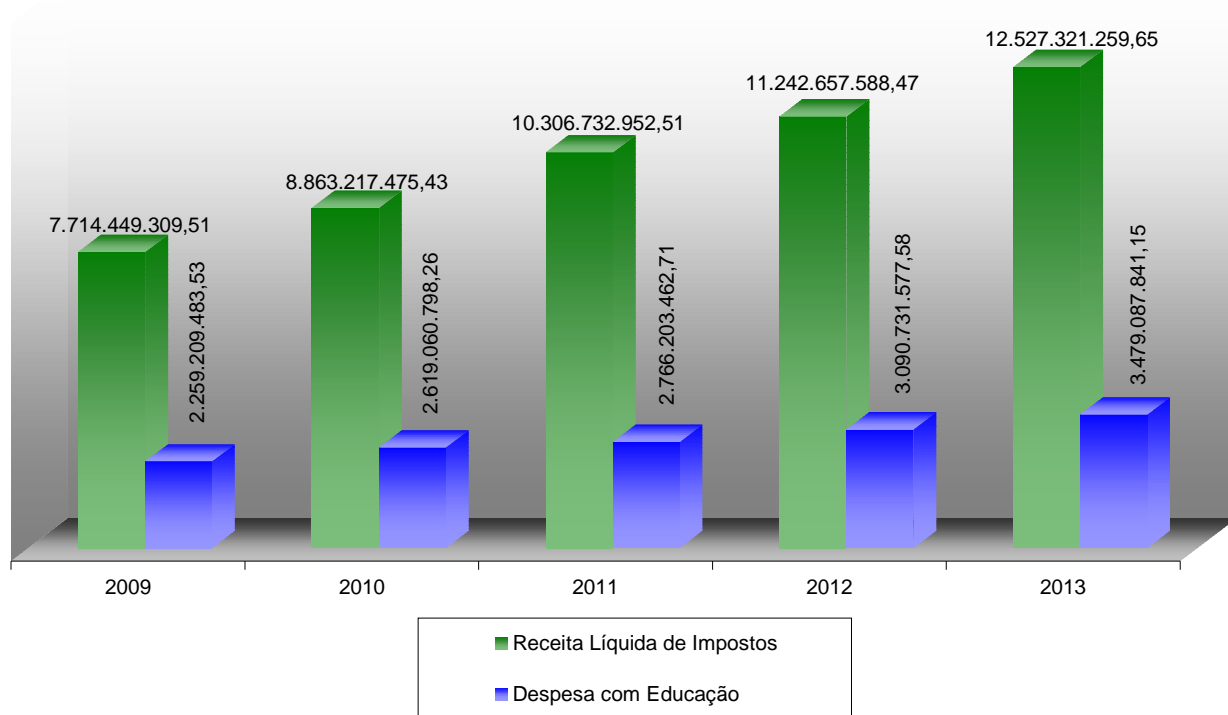
ANO	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	DESPESA COM EDUCAÇÃO	REALIZAÇÃO %
2009	7.714.449.309,51	2.259.209.483,53	29,29
2010	8.863.217.475,43	2.619.060.798,26	29,55
2011	10.306.732.952,51	2.766.203.462,71	26,84
2012	11.242.657.588,47	3.090.731.577,58	27,49
2013	12.527.321.259,65	3.479.087.841,15	27,77

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO XVII

DESPESA COM EDUCAÇÃO X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS - 2009 A 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ

TABELA 44

DEMONSTRATIVO DO GASTO COM SAÚDE, CONFORME EC Nº 29, DE 13/09/2000

(R\$ 1,00)

1-Receitas	Valor Orçado	Valor Arrecadado
Receita de Impostos Líquida (I)	12.795.703.903,91	12.527.320.087,24
Receita de Impostos	9.771.540.749,18	9.938.306.390,95
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	48.606.913,55	59.361.780,30
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços - ICMS	8.483.777.133,82	8.542.009.911,04
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	502.607.108,63	510.520.335,76
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	569.809.767,84	654.990.301,95
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	116.296.811,07	66.555.399,33
Dívida Ativa dos Impostos	33.876.717,52	92.040.143,69
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	16.566.296,75	12.828.518,88
Receita de Transferências constitucionais e legais	5.399.389.531,73	4.941.920.620,82
Cota-Parte FPE	5.332.233.829,37	4.888.591.908,78
Cota-Parte IPI-Exportação	41.051.592,20	29.507.365,77
Desoneração ICMS (LC 87/96)	26.104.110,16	23.821.346,27
Deduções	2.375.226.377,00	2.352.906.924,53
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	2.095.219.165,00	2.077.878.485,80
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	269.744.314,00	267.651.597,27
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Rep. aos Municípios	10.262.898,00	7.376.841,46
2-Despesas	Dotação Atualizada	Despesa Realizada
Escola de Saúde Pública	534.930,60	0,00
Fundo Estadual de Saúde	1.956.459.458,83	1.795.135.998,34
Total das Despesas(II)	1.956.994.389,43	1.795.135.998,34
Valor legal de aplicação em ações e serviços de Saúde-12,00 %		
percentual Aplicado (despesas/receitas)	15,29	14,33

FONTE: Sistema: S2GPR; Unidade Responsável: COTES/CECAD; Data e hora de emissão: 07/08/2014 13:18

Notas: 2) Não inclui as despesas com inativos e pensionistas;

3) No valor das Transferências a Municípios não estão incluídas as de "Royalties" e da CIDE.

No exercício de 2013, o Ceará aplicou 14,33%, nas ações e serviços públicos de saúde acima em 2,33%, do limite estabelecido pela Constituição Federal. A Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, estabelece que para os Estados, os recursos mínimos de 12% da Receita resultante de Impostos e Transferências.



TABELA 45

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM SAÚDE X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

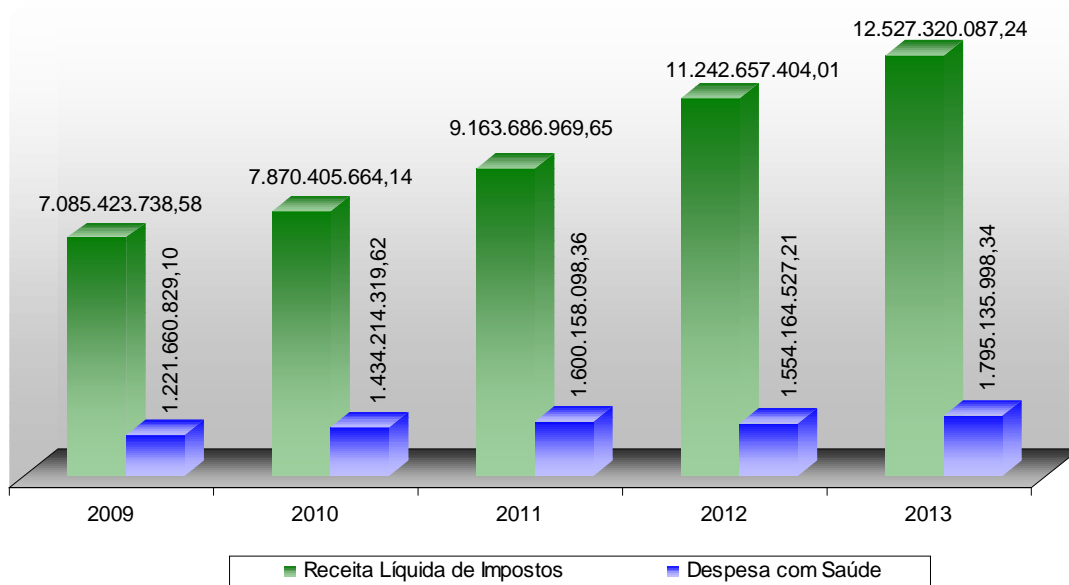
(R \$ 1,00)

ANO	RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	DESPESA COM SAÚDE	REALIZAÇÃO %
2009	7.085.423.738,58	1.221.660.829,10	17,24
2010	7.870.405.664,14	1.434.214.319,62	18,22
2011	9.163.686.969,65	1.600.158.098,36	17,46
2012	11.242.657.404,01	1.541.149.530,32	13,71
2013	12.527.320.087,24	1.795.135.998,34	14,33

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XVIII

DESPESA COM SAÚDE X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS - 2009 A 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

2.1.2.2.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital são gastos realizados pela administração pública com o fim de criar ou adquirir bens de capital. No exercício de 2013, estas despesas somaram R\$ 2.494.225.339,98, representando 20,79% da Despesa Orçamentária. Comparando-se com o exercício anterior essa categoria apresentou um acréscimo de 25,12% em termos nominais.

TABELA 46
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
DA CATEGORIA “DESPESAS DE CAPITAL”

(R\$ 1,00)					
ELEMENTOS DE DESPESA	AUTORIZAÇÃO	PART. %	REALIZAÇÃO	PART. %	REALIZ. %
INVESTIMENTOS	4.466.541.175,43	84,96	1.722.912.521,89	69,08	38,57
Transf. Interg. a Municípios	162.736.759,77	3,10	75.680.737,61	3,03	46,51
Exec. Orçam. Delegada a municípios	351.000,00	0,01	329.526,74	0,01	93,88
Transf. a Inst. Privadas s/fins lucrativos	115.654.344,88	2,20	45.809.772,94	1,84	39,61
Transf. a Inst. Privadas c/fins lucrativos	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Instituições Multigovernamentais	116.000,00	0,00	89.076,00	0,00	76,79
Aplicações Diretas	4.186.837.449,72	79,64	1.600.725.613,18	64,18	38,23
- Aquisição de Imóveis	116.086.554,64	2,21	104.285.390,10	4,18	89,83
- Const. ou Aum. de capital de Empresas	166.075.543,00	3,16	126.044.895,04	5,05	75,90
- Contribuições	1.937.500,00	0,04	1.937.500,00	0,08	100,00
- Equipamentos e Material Permanente	589.796.887,31	11,22	350.258.676,77	14,04	59,39
- Indenizações e Restituições	145.361.562,55	2,77	31.235.494,45	1,25	21,49
- Material de Consumo	6.430.612,62	0,12	3.083.569,64	0,12	47,95
- Obras e Instalações	2.899.450.453,97	55,15	877.424.761,01	35,18	30,26
- Serv. de Terc. P. Jurídica	98.846.614,17	1,88	37.115.502,36	1,49	37,55
- Serviços de Consultoria	36.755.750,66	0,70	8.233.714,65	0,33	22,40
- Outros	126.095.970,80	2,40	61.106.109,16	2,45	48,46
Aplicações Diretas Dec. de Op. entre Órgãos	948.621,06	0,02	277.795,42	0,01	29,28
- Obras e Instalações	370.500,00	0,01	0,00	0,00	0,00
- Serv. de Terc. P. Jurídica	155.567,66	0,00	6.369,66	0,00	4,09
- Outros	422.553,40	0,01	271.425,76	0,01	64,23
Aplicações Diretas entre Orçam.- Consórcio Partícipe	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Equipamentos e Material Permanente	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas entre Orçam.- Consórcio não Partícipe	-213.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Equipamentos e Material Permanente	-213.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada à União	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Equipamentos e Material Permanente	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	253.721.880,30	4,83	244.274.232,51	9,79	96,28
Aplicações Diretas	253.721.880,30	4,83	244.274.232,51	9,79	96,28
- Aquisição de Imóveis	3.686.400,00	0,07	3.686.400,00	0,15	100,00
- Const. ou Aum. de capital de Empresas	250.025.480,30	4,76	240.587.832,51	9,65	96,23
- Outros	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	536.712.125,62	10,21	527.038.585,58	21,13	98,20
Aplicações Diretas	536.712.125,62	10,21	527.038.585,58	21,13	98,20
- Principal da Dívida Contratada Resgatada	536.712.125,62	10,21	527.038.585,58	21,13	98,20
TOTAL	5.256.975.181,35	100,00	2.494.225.339,98	100,00	47,45

Fonte: Sistema de gestão Governamental por Resultados-S2GPR

Nota: "Outros" compõem-se: auxílios, despesas de exercícios anteriores, diárias-civil, locação de mão-de-obra, obrigações tributárias e contributivas, outros serviços de terceiros pessoa física e passagens e despesas com locomoção.



Investimentos

Nas Despesas de Capital, o grupo de Investimentos somou R\$ 1.722.912.521,89 participando com 69,08% de sua categoria. Os elementos Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente, respondem pelo montante de R\$ 1.227.683.437,78, correspondente a 71,26% do grupo. No Grupo de Investimento estão incluídos os valores de programas de grande porte, concluídos ou a concluir pelo Governo do Estado. A tabela a seguir evidencia os principais:

TABELA 47

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DE MAIOR RELEVÂNCIA

(R\$ 1,00)		
PROGRAMAS DE GOVERNO	VALOR	PART. %
CASTELÃO E COMP. REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA ARENA DO ESTÁDIO CASTELÃO	176.053.115,07	10,22
VLT PARANGABA/MUCURIBE COMP. OBRAS	174.689.695,59	10,14
EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO	108.719.466,52	6,31
IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO TREM METROPOLITANO DE FORTALEZA - LINHA LESTE	100.119.618,02	5,81
RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA METRO-FERROVIÁRIO	75.210.436,40	4,37
EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	73.734.307,47	4,28
PROMOTEC - COMP I - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	72.511.712,96	4,21
IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO OLÍMPICA	66.609.015,57	3,87
CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS DE PLACA	60.373.732,90	3,50
PROINFUTUR COMP III IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	56.893.460,86	3,30
METROFOR COMP I IMPLANTAÇÃO DO TREM METROPOLITANO DE FORTALEZA	46.521.183,45	2,70
CONSTRUÇÃO DO EIXO DE INTEGRAÇÃO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ	45.781.430,39	2,66
PAC E MELHORIAS URBANA E AMBIENTAL DO RIO MARANGUAPINHO E BARRAGEM, DRAGAGEM	41.695.712,88	2,42
IMPLANTAÇÃO DE OBRAS URBANAS ORIUNDAS DE DEMANDAS MUNICIPAIS	26.350.521,34	1,53
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PORTO DO PECÉM	25.112.072,40	1,46
CONSTRUÇÃO DO EIXO DE INTEGRAÇÃO TRECHO V	22.335.844,64	1,30
ACQUÁRIO COMP VII OBRAS DE INSTALAÇÕES E RECHEIO	21.628.896,95	1,26
CONSTRUÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES DO ACQUÁRIO CEARÁ	20.875.677,15	1,21
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	19.229.560,86	1,12
SUBTOTAL	1.234.445.461,42	71,65
OUTROS	488.467.060,47	28,35
TOTAL	1.722.912.521,89	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em 2013, o Estado realizou, apenas, 47,45% do valor autorizado para as ações de investimento, face à sua dependência de recursos externos, porém, o valor realizado representa 69,08% do total das despesas de capital. Se comparado com o montante de Investimentos de 2012, que foi de R\$ 1.410.472.026,66, esse grupo de despesas, em 2013, apresentou um acréscimo de 22,15% em termos nominais. Apesar da maior parte do investimento ter sido realizado com recursos do grupo fonte tesouro (48,51%), o Ceará ainda possui necessidades além de sua capacidade de geração de recursos próprios. Tendo em vista essa condição adversa, o Estado tem se credenciado à captação financeira através da contratação de operações de crédito, por ser uma referência no atendimento das exigências requeridas pelos credores.

Inversões Financeiras

No grupo de Inversões Financeiras, as despesas realizadas alcançaram o montante de R\$ 244.274.232,51. O item mais representativo desse grupo, em 2013, foi Constituição ou Aumento de Capital de Empresas com 98,49%. Em relação ao exercício anterior teve um incremento nominal de 308,41%.

Destaca-se, que os valores repassados para aumento de capital, no exercício de 2012, foram realizados para as seguintes empresas: ADECE, EMAZP, METROFOR e CEARAPORTOS.

Amortização da Dívida

A Amortização da Dívida Interna somou R\$ 369.896.172,23, que representa 14,83% das Despesas de Capital. Confrontando-se com o exercício de 2012, apresentou um decréscimo nominal de 33,54%.

A Amortização da Dívida Externa somou R\$ 157.142.413,35, representando 6,30% das Despesas de Capital. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo nominal de 20,84%.

2.1.2.3. Despesa Orçamentária por Grupo

A classificação da Despesa Orçamentária por grupos, definida no Artigo 9º, § 6º da Lei nº 15.203, de 19 de julho de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO) publicada no Diário Oficial do Estado em 25 de julho de 2012.

TABELA 48

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

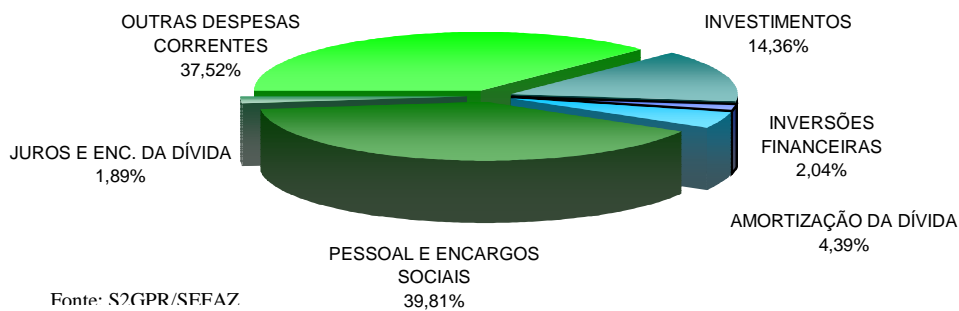
(R\$ 100)

GRUPO DE DESPESA	ESPECIFICAÇÃO	DESPESA ORÇAMENTÁRIA				VARIAÇÃO %
		2012	PART. %	2013	PART. %	
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.937.627.257,91	43,01	4.776.717.422,68	39,81	-3,26
2	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	227.401.514,19	1,98	227.018.789,46	1,89	-0,17
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.157.031.107,65	36,21	4.501.665.253,26	37,52	8,29
4	INVESTIMENTOS	1410.472.026,66	12,29	1722.912.521,89	14,36	22,15
5	INVERSÕES FINANCEIRAS	59.810.295,21	0,52	244.274.232,51	2,04	308,42
6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	686.608.585,16	5,98	527.038.585,58	4,39	-23,24
TOTAL		11.478.950.786,78	100,00	11.999.626.805,38	100,00	4,54

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO XIX
DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO - 2013



O grupo de despesa mais representativo foi Pessoal e Encargos Sociais com 39,81% do total da Despesa Orçamentária.



TABELA 49
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIAS,
POR FONTE DE RECURSOS

(R\$ 100)

FONTE	REC EITA	PARTIC. %	DESPESA	PARTIC. %
TESOURO	13.394.851.983,21	81,08	9.573.910.184,02	79,79
COTA PARTE DA CONT. DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	43.702.283,85	0,26	43.787.725,99	0,36
COTA PARTE DA CONT. INTERV. NO DOM. ECON.	2.085.605,03	0,01	521.401,26	0,00
ALIENACAO DE BENS	22.325,38	0,00	47.817,62	0,00
MEDIDA COMPENSATORIA AMBIENTAL	1.004.618,99	0,01	5.407.889,89	0,05
RECURSOS PROVENIENTE DO FUNDEB	903.082.506,48	5,47	914.679.501,90	7,62
COMPL. DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB	285.414.615,24	1,73	285.243.464,82	2,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.190.525.228,89	7,21	698.592.207,16	5,82
OP. CRED. INTERNAS - BNDES	126.427.987,17	0,77	116.354.551,27	0,97
OP. CRED. INTERNAS - BNDES/ESTADOS	186.252.147,96	1,13	136.195.772,90	1,14
OP. CRED. INTERNAS - BNDES/PEF	0,00	0,00	0,00	0,00
OP. CRED. INTERNAS BNB	0,00	0,00	0,00	0,00
OP. CRED. INTERNAS CEF PROM/PROSANEAR/TRANSP	36.439.517,55	0,22	50.031.917,61	0,42
OP. CRED. INTERNAS - PROINVEST - BB	348.396.207,42	2,11	243.184.412,36	2,03
OP. CRED. INTERNAS - PROINVEST - CEF	0,00	0,00	0,00	0,00
OP. CRED. EXTERNAS - SWAP	0,00	0,00	10.661.503,29	0,09
OP. CRED. EXTERNAS - TESOURO/MLW	142.488.214,31	0,86	66.345.134,96	0,55
OP. CRED. EXTERNAS BIRD	252.036.206,14	1,53	17.150.593,37	0,14
OP. CRED. EXTERNAS BID	46.037.876,97	0,28	14.219.450,28	0,12
OP. CRED. EXTERNAS - TESOURO/CAF	40.099.252,38	0,24	43.792.801,22	0,36
OP. CRED. EXTERNAS - TESOURO/KFW	2.936.618,99	0,02	656.069,90	0,01
OP. CRED. EXTERNAS - FIDA	9.411.200,00	0,06	0,00	0,00
CONVÊNIOS	700.126.505,04	4,24	477.436.612,72	3,98
CONV. ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	0,00	0,00	108.013,65	0,00
CONV. ÓRGÃOS FEDERAIS	698.536.431,06	4,23	475.664.741,71	3,96
CONV. ÓRGÃOS PRIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
CONV. ÓRGÃOS MUNICIPAIS	1.590.073,98	0,01	1.663.857,36	0,01
TOTAL	16.520.815.672,11	100,00	11.999.626.805,38	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Pela análise na tabela acima, constata-se que os maiores dispêndios do Estado em 2013, originaram-se das fontes do Tesouro e de Recursos provenientes do FUNDEB que somaram R\$ 10.773.833.150,74, e representaram 89,78% da Despesa Orçamentária.

TABELA 50

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA PREVISÃO DE METAS FISCAIS COM A REALIZAÇÃO, DE
ACORDO COM OS ARTs. 4º, § 1º e 5º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

(R\$ MIL)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO %
1. RECEITA TO TAL	21.699.915	18.609.933	85,76
1.1. RECEITAS CORRENTES (I)	18.380.405	16.747.598	91,12
1.1.1. Receita Tributária	9.552.014	8.835.210	92,50
1.1.2. Receita de Contribuição	414.273	1.209.819	292,03
1.1.3. Receita Patrimonial	268.186	562.650	209,80
1.1.3.1. Aplicações Financeiras (II)	210.571	293.328	139,30
1.1.3.2. Outras Receitas Patrimoniais	57.615	269.322	467,45
1.1.4. Transferências Correntes	7.629.335	5.902.878	77,37
1.1.5. Receita de Serviços	16.202	52.862	326,27
1.1.6. Demais Receitas Correntes	500.395	477.507	95,43
1.1.7. Dedução da Receita para Formação do FUNDEB (III)	-2.311.943	-2.297.694	99,38
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	15.857.891	14.449.904	91,12
1.2. RECEITAS DE CAPITAL (V)	3.319.510	1.862.335	56,10
1.2.1. Operações de Crédito (VI)	2.020.494	1.190.525	58,92
1.2.2. Amortização de Empréstimos (VII)	0	94	0,00
1.2.3. Alienação de Ativos (VIII)	53	1.792	3.380,98
1.2.4. Transferência de Capital	1.295.846	669.923	51,70
1.2.5. Outras Receitas de Capital	3.117	0	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (IX) = (V-VI-VII-VIII)	1.298.963	669.923	51,57
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (X) = (IV+IX)	17.156.854	17.417.522	101,52
2. DESPESA TO TAL	19.342.803	17.523.477	90,59
2.1. DESPESAS CORRENTES (XI)	14.170.597	15.304.742	108,00
2.1.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.355.043	8.271.354	112,46
2.1.2. Juros e Encargos da Dívida (XII)	296.343	246.480	83,17
2.1.3. Outras Despesas Correntes	6.519.211	6.786.908	104,11
DESPESAS FISCAIS CORRENTES⁽²⁾ (XIII) = (XI-XII)	13.874.254	15.058.262	108,53
2.2. DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	5.172.206	2.218.735	42,90
2.2.1. Investimentos	4.442.914	2.239.534	50,41
2.2.1.1. (-) Programas de Infra-estrutura	0	871.663	0,00
2.2.2. Inversões Financeiras	197.298	323.191	163,81
2.2.2.1. Concessão de Empréstimos (XV)	79.692	77.974	97,84
2.2.3. Amortização da Dívida (XVI)	531.994	527.673	99,19
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL⁽²⁾ (XVII) = (XIV-XV-XVI-XIX)	2.923.972	1.613.088	55,17
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)	45.170	0	0,00
DESPESAS DISCRICIONÁRIAS/NÃO-PRIMÁRIAS-RP2 (XIX)	1.636.548	0	0,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XX) = (XIII+XVII+XVIII)	16.843.396	16.671.350	98,98
RESULTADO PRIMÁRIO XX = (X-XX)	313.458	746.172	238,05
RESULTADO NOMINAL	1.082.354	580.539	54

Fonte: S2GPR/SEFAZ/SEPLAG

Notas: 1) Excluídas as estatais: ADECE, CAGECE, COGERH, CEGÁS, CEARÁ PORTOS, METROFOR, CEASA;

2) Deduzidas as despesas discricionárias;

3) Excluídas as concessões de empréstimos do grupo "Inversões Financeiras";

4) Resultado Nominal = Dívida Fiscal Líquida (2013) (R\$ 3.940.902.395) - Dívida Fiscal Líquida (2012) (R\$ 3.360.363.105,00);

5) Despesa pelo valor empenhado;

6) A "Previsão" foi extraída do Demonstrativo da LOA 2013.

O cálculo do Resultado Primário está de acordo com a LOA nº 15.268 de 28/12/2012.

De conformidade com o inciso I do artigo 4º da IN - 01/2000 - TCE, a tabela anterior demonstra o resultado das Metas Fiscais de Resultado Primário e Nominal projetadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013.

A meta de Resultado Primário fixada através da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013 foi de R\$ 313.459 mil, considerando a despesa empenhada, o tesouro obteve um superávit primário de R\$ 746.172 mil, superior ao estabelecido em Lei, chegando a 238,04% da meta fixada.

Com referência ao resultado nominal, obteve-se um valor de R\$ 580.539 mil, correspondente à diferença entre a Dívida Fiscal Líquida do exercício de referência (2013) e a Dívida Fiscal Líquida do exercício anterior (2012). Importante informar que o Resultado Nominal no conceito da LRF indica em quanto à dívida de um ente público aumentou ou reduziu num determinado exercício. Se o resultado for positivo, revela o quanto à dívida aumentou, se for negativo, o quanto à dívida diminuiu. Por conseguinte, no Estado do Ceará registrou-se um aumento no estoque da dívida, bem como uma elevação na disponibilidade financeira.

O Resultado Nominal evidencia o quanto o estado tem contraído empréstimo para os investimentos do Estado. O fato de o Estado ter apresentado uma variação positiva entre a Dívida Fiscal Líquida de 2013 e Dívida Fiscal Líquida de 2012, não significa, em 2013, um desequilíbrio no endividamento do Estado, haja vista que a relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida foi de 0,29%, situação bastante confortável em relação a LRF e a Resolução nº 43 do Senado Federal que estabelece que o nível de endividamento dos Estados pode ser de até 2 vezes a RCL.

TABELA 51
DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DO RESULTADO NOMINAL EM RELAÇÃO
À META - PERÍODO 2010 A 2013

(R\$ milhões)

RESULTADO NOMINAL VALORES CORRENTES	2010	2011	2012	2013
META FIXADA NO ANEXO DE METAS				
FISCAIS DA LOA	1.204	-152	-152	1.082
RESULTADO NOMINAL	1.233	542	139	581
% EM RELAÇÃO À META	102,41%	-355,19%	-91,45%	53,70%

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A busca do equilíbrio fiscal está no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal que deriva dos contratos assinados pelos Estados que no fim da década de 90 renegociaram a dívida com a União. De acordo com o contrato, a cada ano é avaliado pela STN o cumprimento das metas e compromissos do exercício anterior.



Nos termos do Artigo 8º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2013 foram baseados no Anexo de Metas Fiscais da Lei Orçamentária com o fim de compatibilizar a realização da Receita e a execução da Despesa, conforme Publicação do Diário oficial do Estado, de 30.01.2013, do Comitê de Gestão por Resultado de Gestão Fiscal - COGERF.

2.1.2.4. Despesa Orçamentária na Modalidade de Aplicação 91

De acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF Nº 688, de 14.10.2005, as despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

No momento da apropriação da obrigação ocorre uma despesa intra-orçamentária e no momento do recebimento ocorre uma receita intra-orçamentária. Portanto, ocorrendo uma despesa intra-orçamentária, obrigatoriamente ocorrerá uma receita intra-orçamentária.

São exemplos de operações que devem ser identificadas com essa modalidade de aplicação, as transações ocorridas com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com o Fundo de Previdência do Estado - SUPSEC, SEMACE etc.



TABELA 52

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA COM APLICAÇÃO NA MODALIDADE 91,
CONFORME , PORTARIA INTERMINISTERIAL STN/SOF Nº 688, DE 14 DE OUTUBRO DE 2005

(R\$ 1,00)

ÓRGÃO	DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA
ASSEMBLÉIA	17.477.379,92	0,00
FPP	0,00	2.580.179,16
T CONTAS	5.850.157,82	0,00
TCM	6.492.415,16	0,00
T JUSTICA	93.500.980,44	0,00
FERMOJU	280.361,25	65.338,22
DPGE	15.305.953,04	0,00
FAADEP	44.397,38	1.294,24
SEINFRA	901.302,76	0,00
DER	7.117.266,59	2.587,90
DETRAN	39.086.933,25	690.665,56
DAE	1.087.858,62	0,00
SSPDS	476.070,77	0,00
FDS C BOM	194,64	0,00
POL CIVIL	32.801.070,96	0,00
P M CE	129.598.890,24	0,00
BOMBEIRO	16.904.325,32	0,00
P FORENSE	5.150.917,82	0,00
AESSP	78.723,36	0,00
GAB GOV	53.645,39	0,00
VICE GOV	35.971,87	0,00
PGE	7.321.733,39	0,00
ARCE	1.481.144,30	0,00
FUNPECEPGE	0,00	1.997.293,31
C MILITAR	26.545,65	0,00
PGJ	32.772.008,13	0,00
CONS EDUC	90.726,59	0,00
JUSTICA	15.180.249,03	0,00
SEFAZ	87.302.737,90	34.356.588,79
JUCEC	1.148.069,11	1.185,00
ENCARGOS	2.491.325,66	0,00
SDA	2.866.199,89	0,00
EMATERCE	258.091,13	0,00
IDACE	1.322.940,77	0,00
ADAGRI	1.371.460,07	0,00
FDAF	0,00	2.000.000,00
SEDUC	114.191.920,07	0,00
SAUDE	0,00	0,00
E S P	0,00	0,00
FUNDES	78.267.015,93	0,00
CULTURA	780.334,18	0,00
SRH	725.280,15	0,00
SOHIDRA	438.063,28	0,00
CASA CIVIL	117.741,71	0,00
FUNTELC	558.383,40	0,00
SECITECE	347.010,37	0,00
FUNECE	25.206.463,69	1.014.605,75
UVA	8.012.621,39	0,00
URCA	9.662.977,66	0,00
FUNCEME	855.973,28	0,00
FUNCAP	18.409,03	0,00
FIT	4.000.000,00	0,00
NUTEC	1.230.110,02	13.210,00
SETUR	104.707,37	0,00
CGE	947.269,64	0,00
SESPORTE	146.785,04	0,00
CIDADES	213.978,42	0,00
IDECI	5.371,52	0,00
SEPLAG	5.735.723,31	0,00
SUPSEC	0,00	755.100.028,60
ISSEC	2.268.309,34	0,00
ETICE	354.344,91	4.170.804,60
IPECE	1.041,06	0,00
COHAB	5.675,13	0,00
EGPCE	7.129,97	0,00
STDS	7.759.144,08	0,00
FCE	0,00	0,00
FUNDART	474,30	1.584,30
CEDE	9.606,10	0,00
CODECE	14.503,51	0,00
CONPAM	25.199,20	0,00
SEMACE	2.601.417,10	885.531,75
SPA	2.628,09	0,00
SECOPA	17.340,22	0,00
CGD	12.145,98	0,00
TOTAL	790.523.146,67	802.880.897,18

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Para atender ao Artigo 4º, incisos II e III, da Instrução Normativa nº 01/2000 - TCE, acompanham esta prestação de contas os documentos abaixo relacionados:

- Cópias das atas das audiências realizadas nos meses de maio e setembro de 2013 e fevereiro de 2014, conforme determina o § 4º, do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, e

- Relatório dos projetos concluídos e em conclusão do Estado, nos termos do disposto no Parágrafo Único do Artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.2. Da Administração Indireta

Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes.

A análise da execução orçamentária da Administração Indireta envolve as Autarquias, Fundações e Fundos, regidos pela Lei nº 4.320/64, e Empresas Estatais Dependentes (CODECE, COHAB, EMATERCE e ETICE) enquadradas na Lei 6.404/76 e alterações posteriores, e consolidadas nas contas públicas por determinação da Portaria Ministerial/STN nº 589 de 27/12/01.

2.2.1. Receita Orçamentária

No exercício de 2013, a arrecadação da Receita Orçamentária alcançou a cifra de R\$ 2.382.446.004,38, inferior 16,34 % ao valor previsto de R\$ 2.847.633.100,42.

O montante da Receita Orçamentária das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes é proveniente do somatório das origens discriminadas na tabela abaixo: